

Relatório de Sustentabilidade 2017



Relatório de Sustentabilidade **2017**

[esta página está intencionalmente em branco]

índice

| | |
|---|-----------|
| 1. Mensagem do Presidente..... | 7 |
| 2. Perfil do Relatório..... | 11 |
| 3. Perfil da Águas do Vale do Tejo..... | 15 |
| 3.1 princípios e indicadores de sustentabilidade..... | 17 |
| 3.2 Factos e dados chave 2017..... | 20 |
| 3.3 A Águas do Vale do Tejo, SA (AdVT)..... | 25 |
| 3.4 Modelo de governação e organização..... | 29 |
| 4. Estratégia - Riscos, Partes interessadas, Impactos e Oportunidades..... | 43 |
| 4.1 Riscos..... | 44 |
| 4.2 Partes interessadas / Stakeholders..... | 47 |
| 4.3 Impactos..... | 48 |
| 4.4 Aspectos materiais identificados e medidas..... | 49 |
| 4.5. I&D, Inovação e estabelecimentos de ensino..... | 56 |
| 4.6 Oportunidades..... | 58 |
| 5. Desempenho e Abordagem da Gestão..... | 63 |
| 5.1 Indicadores de desempenho económico..... | 64 |
| 5.2 Indicadores de desempenho ambiental..... | 69 |
| 5.3 Indicadores de desempenho social..... | 82 |
| 6. Índice GRI 4..... | 93 |

[esta página está intencionalmente em branco]



1. Mensagem do Presidente



Mensagem do Presidente

O ano de 2017 foi o início de uma nova etapa, para a organização. A publicação do Decreto-Lei nº 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (AdLVT) em dois sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais, o da Grande Lisboa e Oeste e o da Península de Setúbal, reduziu o âmbito territorial da AdLVT e originou a redenominação da sociedade para Águas do Vale do Tejo, uma vez que área abrangida, por esta, passou a estar localizada, apenas, no interior do País.

O referido processo de cisão levou à saída de mais de metade dos efetivos afetos à gestão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, para fazer parte dos quadros das novas empresas cindidas – a Águas do Tejo e Atlântico e a Simarsul, e consequentemente à reorganização da empresa, mantendo-se a promoção da adoção e uniformização das melhores práticas de gestão e operação.

Para além do já referido, em 2017, a Águas do Vale do Tejo viu a sua atividade marcada pela seca severa e extrema que assolou Portugal. O Conselho de Administração, apoiado pelos seus principais *stakeholders*, tomou todas as medidas necessárias para que os objetivos de garantia de saúde pública e de qualidade ambiental não fossem colocados em causa, tendo reforçado diversas ações no âmbito das alterações climáticas.

Outra situação muito difícil prendeu-se com o flagelo dos incêndios, que assolou, sobretudo, a região centro, área de intervenção da Águas do Vale do Tejo, afetando

diversos municípios servidos pela empresa. Graças a um excepcional empenho das equipas disponíveis no terreno foi possível assegurar, quase instantaneamente, a reposição dos serviços afetados. A este propósito e prosseguindo a sua política de apoio a atividades de cariz solidário, a organização patrocinou o “Natal na Aldeia” (Castanheira de Pêra), evento com o objetivo de apoiar as vítimas dos incêndios na área de Pedrogão Grande.

Para além disso, a gestão continuou a desenvolver todos os esforços para a manutenção do clima de diálogo e abertura que já se tinha verificado, no ano anterior, por forma a resolver processos e situações pendentes com os municípios servidos pela empresa.

O ano de 2017 também assistiu ao contínuo “crescimento” da empresa, com a inauguração de diversas infraestruturas, destacando-se a ETAR do Entroncamento que se encontra equipada com as mais recentes tecnologias, contribuindo, de forma inegável, para a melhoria das condições socio-ambientais da região e da qualidade de vida das populações locais.

A Águas do Vale do Tejo viu reconhecido o trabalho que tem vindo a realizar, tendo sido galar-doadada com o “Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano”, uma iniciativa da ERSAR em parceria com o Jornal “Água e Ambiente”, que visa distinguir e divulgar as boas práticas na prestação dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas.

Uma melhoria da sustentabilidade e dos indicadores de qualidade de serviço, da empresa resultam da excelência do trabalho desenvolvido no cumprimento da missão que lhe foi conferida e para a qual continua empenhada, contando, sempre, com a cooperação das várias partes interessadas.

José Manuel Sardinha
Presidente do Conselho de Administração

[esta página está intencionalmente em branco]



2. Perfil do Relatório

[esta página está intencionalmente em branco]

O presente relatório respeita ao período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2017 e foi elaborado de acordo com a 4ª geração (G4) das “Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade” da *Global Reporting Initiative*. Criada em 30 de junho de 2015, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. realizou em 2016 o seu primeiro exercício anual completo. A partir de 1 de julho de 2017, no âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, descrito no ponto seguinte, o sistema inicial sofreu uma cisão, o que levou à redesignação da Águas de Lisboa e Vale do Tejo (AdLVT), para Águas do Vale do Tejo (AdVT), em função da alteração do seu âmbito territorial. A AdVT mantém-se sob gestão delegada da EPAL.

Tendo em conta a referida mudança, os valores reportados para 2017, na atividade de saneamento, não serão comparáveis aos obtidos nos dois primeiros anos da empresa.

Ainda assim, a AdVT opta pelo modelo *In Accordance* – Abrangente, incluindo os conteúdos relativos a aspetos considerados materiais. Não se incluiu informação, nem aspetos, sobre os quais a organização não tem controlo nem informação detalhada (ver índice GRI – capítulo 6 deste relatório).

Por razões de contenção de custos, o presente relatório não foi verificado por entidade externa. As dúvidas ou esclarecimentos sobre o relatório podem ser remetidos à Direção de Sustentabilidade Empresarial (mcristovao@adp.pt).

É ainda importante referir que a componente relativa aos Recursos Humanos, associados à gestão delegada da AdVT, mercê do Decreto-Lei 94/2015, de 29 de Maio, encontra-se descrita no Relatório de Sustentabilidade da EPAL, uma vez que esta última assumiu a posição contratual da primeira, nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal. Assim, os trabalhadores originários das empresas agregadas, na AdVT, foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando esta a contratar, em nome próprio, o pessoal necessário à gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo.



[esta página está intencionalmente em branco]

An aerial photograph of a river valley. A large concrete dam structure with several vertical pillars is visible, crossing the river. The water is a deep blue, and the surrounding landscape is a mix of green and brown. The image is partially obscured by a teal curved graphic element at the bottom.

3. Perfil da Águas do Vale do Tejo

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, criou um novo sistema multimunicipal, por agregação de sistemas multimunicipais já existentes, e constituiu a respetiva entidade gestora, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A. (AdLVT), atribuindo-lhe a exploração e a gestão concessionada daqueles sistemas.

Este sistema abrangia a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público e a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas sépticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no sistema, os respetivos tratamento e rejeição.

O sistema em apreço havia resultado da agregação de oito sistemas multimunicipais, que se extinguíram no dia da constituição do novo sistema, nomeadamente:

- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte Alentejano, criado pelo Decreto-Lei n.º 128/2000, de 6 de julho e gerido pela Águas do Norte Alentejano, SA (AdNA);
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Alto Zêzere e Côa, criado pelo Decreto-Lei n.º 121/2000, de 4 de julho e gerido pela Águas do Zêzere e Côa, SA (AdZC);
- Sistema multimunicipal de saneamento da Costa do Estoril, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/1995, de 14 de junho e gerido pela SANEST, SA;
- Sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, criado pelo Decreto-Lei n.º 286/2003, de 8 de novembro e gerido pela SIMARSUL, SA;
- Sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de novembro e gerido pela SIMTEJO, SA;
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Raia, Zêzere e Nabão, criado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2001, de 30 de junho e gerido pela Águas do Centro, SA (AdC);
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro e gerido pela Águas do Oeste, SA (AdO);
- Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Centro Alentejo, criado pelo Decreto-Lei n.º 130/2002, de 11 de maio e gerido pela Águas do Centro Alentejo, SA (AdCA).

Integrava como utilizadores no abastecimento de água e saneamento de águas residuais setenta municípios e apenas na componente de saneamento de águas residuais dezasseis municípios. A população residente abrangida pelo sistema era de 1,1 milhões de habitantes na atividade de abastecimento de água e cerca de 3,7 milhões habitantes na atividade de saneamento de águas residuais.

No âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, foram criados dois sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais: o sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema da Península de Setúbal, e foi redenominada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S. A., para Águas do Vale do Tejo, S.A (AdVT), tendo por essa via sido substancialmente alterado o seu âmbito territorial.

Com efeito, dos anteriores oito sistemas agregados mantêm-se na AdVT apenas cinco, sendo que um deles apenas na atividade de abastecimento. Os sistemas de saneamento anteriormente geridos pela Sanest, Simtejo e Águas do Oeste passaram, com a cisão em apreço, a ser da responsabilidade da Águas do Tejo e Atlântico e o sistema de saneamento anteriormente gerido pela Simarsul passou a ser gerido pela “nova” Simarsul.

O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, resultante de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, abrange, agora, na atividade de abastecimento de água 70 municípios e na atividade de saneamento de águas residuais 55 municípios.

A EPAL manteve, em regime de exclusividade, a gestão do sistema de abastecimento de água da região Oeste iniciada em 2016. A operação, manutenção e exploração do sistema é assegurada pela EPAL, que entrega a água aos clientes da AdVT nos pontos de entrega desta aos municípios.

A Águas do Vale do Tejo, SA, mantém sede na Guarda e tem como Missão a captação, o tratamento e o abastecimento de água para consumo público e a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes. A empresa tem por objeto social a exploração e gestão, em regime de exclusividade, do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, por um prazo de 30 anos.

A AdVT desenvolve, ainda, um conjunto de atividades acessórias e complementares, que lhe foram transmitidas nos termos do número 3 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio e nos números 2 e 3 da cláusula 1.ª do Contrato de Concessão.

A gestão do sistema foi delegada na EPAL, nos termos previstos no Decreto-Lei de constituição da sociedade. Nesse âmbito, a empresa assume, também, a obrigação de gestão das infraestruturas afetas ao sistema, em moldes que permitam a respetiva exploração nos termos da legislação aplicável e do contrato de concessão.

A gestão da AdVT decorre num contexto de procura permanente da sua sustentabilidade económica e financeira, seguindo os princípios da ecoeficiência e da responsabilidade social e ambiental, ambicionando contribuir, de forma relevante, para a promoção de um futuro sustentável, através da compatibilização entre crescimento económico e responsabilidade ambiental, justiça social e qualidade de vida das populações, de hoje e das gerações futuras, assumindo como Valores fundamentais:

- Preservação da água enquanto recurso estratégico, essencial à vida;
- Equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental;
- Equidade no acesso aos serviços básicos;
- Promoção do bem-estar através da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

3.1 PRINCÍPIOS E INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

A Organização das Nações Unidas (ONU), na Cimeira realizada em setembro de 2015, em Nova Iorque, aprovou a agenda de ação até 2030, constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tendo como objetivo a criação de um modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.



De acordo com o Banco Mundial, a segurança hídrica continua a constituir um dos principais riscos mundiais em termos de impacto no desenvolvimento sustentável, do século XXI, concretamente - desenvolvimento humano, cidades habitáveis, alterações climáticas, segurança alimentar e segurança energética – não se resolverão a menos que se melhore a gestão de recursos hídricos e se garanta o acesso a serviços de qualidade de abastecimento de água e de saneamento.

Em novembro de 2017 a Assembleia Geral da ONU relançou o diálogo sobre a gestão global da água na COP23 (*Cities and local governments for climate action*), em Bona.

Pelo exposto e como não poderia deixar de ser, a AdVT está altamente comprometida com os ODS, o ODS 6 – “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos”, cujas metas passam por alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, melhorando a sua qualidade, reduzir as águas residuais não tratadas e aumentar a eficiência no uso da água em todos os setores, promovendo a sua reciclagem e reutilização e combatendo a sua escassez, a nível global. Para além disso está, também, estabelecido o objetivo de, até 2020, manter protegidos e restaurados os ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, pântanos, rios, aquíferos e lagos.

A água não está presente apenas no ODS 6, mas em vários outros, designadamente no ODS 2 porque o abastecimento de água em quantidade é vital para a produção de alimentos e essencial para atingir a segurança alimentar; os sistemas de saneamento e de produção de água potável e segura são necessários para a saúde, como exigido nos ODS 3, a água é necessária para alimentar indústrias e criar empregos de acordo com os ODS 7 e 8 e sem água não é possível alimentar os serviços dos ecossistemas do planeta identificados nos ODS 13, 14 e 15.

Pelo exposto trata-se de um setor com enormes exigências quer ao nível dos compromissos internacionais- ODS, Crescimento Verde, Global Compact, Visão 2050, o futuro que nós queremos (Rio + 20), etc. quer nacionais com os objetivos definidos nas políticas nacionais, como o plano setorial – PENSAR 2020 — Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais- focado na gestão eficiente dos recursos e centrada em temas como a reestruturação do setor e os recursos financeiros a mobilizar, orientando a política pública para a prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado, promovendo um novo enquadramento do grupo AdP e da sua relação com os *stakeholders*.

Na base da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo está o conceito de simbioses – com o ambiente, com os trabalhadores, com os acionistas e clientes e com a comunidade, que decorre da relação de estreita interdependência que as atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo mantêm com a qualidade de vida das pessoas e do ambiente, localizando-se a montante e a jusante de todas as restantes atividades económicas.

Estratégia de Sustentabilidade

Simbiose com Ambiente:

Princípio: Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Princípio: Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência

Simbiose com os Acionistas e Clientes:

Princípio: Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Princípio: Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida das populações

Compromissos:

- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

Simbiose com os Trabalhadores:

Princípio: Valorizamos a relação com os trabalhadores, garantindo o crescente know-how do Grupo

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos trabalhadores
- Garantir a igualdade de oportunidades
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

Simbiose com a Comunidade:

Princípio: Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento.

3.2 FACTOS E DADOS CHAVE 2017

FACTOS

Nos dias 17 de abril e 28 de abril de 2017, o Estado Português atribuiu respetivamente, às empresas Simarsul - Saneamento da Península de Setúbal, S.A. e Águas do Tejo Atlântico, S.A., a concessão da gestão e exploração do Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Península de Setúbal e Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste, respetivamente. Os novos sistemas e as respetivas empresas gestoras foram criadas pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, com a concordância dos municípios envolvidos e de acordo com o preconizado no programa do XXI Governo Constitucional.

Os novos sistemas multimunicipais e as novas entidades gestoras foram criados, respetivamente, por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, resultantes das agregações efetuadas em 2015. Em virtude destas cisões, a empresa Águas do Vale do Tejo irá beneficiar de duas novas componentes de receita: uma Componente Tarifária Acrescida (CTA), que representa a solidariedade específica dos utilizadores dos sistemas multimunicipais que agora são autonomizados na vertente de abastecimento de água; e uma dotação do Fundo Ambiental. Este modelo, que combina solidariedade e coesão nacionais, introduz incentivos à eficiência, assegura a sustentabilidade empresarial da Águas do Vale do Tejo e das novas empresas, e garante o acesso e a qualidade dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento.

Mantendo-se a gestão delegada da EPAL no sistema multimunicipal do Vale do Tejo e na prossecução da sua missão, procurou-se assegurar a gestão delegada do “novo” sistema num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

Mantiveram-se em 2017 as duas premissas fundamentais que nortearam a atuação da empresa, por um lado melhorar o nível de serviço ao cliente e por outro promover uma cultura de cooperação entre a empresa e os municípios utilizadores do sistema, permitindo resolver alguns diferendos pendentes e recuperar saldos em dívida com antiguidade relevante que tinham transitado das empresas agregadas. A esse propósito, verificou-se que os recebimentos totais em 2017 atingiram o montante total de 74 milhões de euros, apresentando um rácio de cobrabilidade superior a 100%, atendendo que a faturação do ano ascendeu a 73,2 milhões de euros. Este indicador, apesar de não permitir no imediato a recuperação dos valores em dívida, indicia uma nova filosofia no relacionamento entre a empresa e os seus clientes, que permite antever um futuro mais promissor.

Em termos operacionais, continuou-se no ano de 2017 a implementar as melhores práticas existentes no universo das empresas agregadas, otimizando o funcionamento das infraestruturas por forma a reduzir os inerentes gastos de exploração das mesmas, e assegurar a continuidade do serviço aos utilizadores do sistema sem quaisquer interrupções.

O ano de 2017 ficou determinantemente marcado pelos efeitos nefastos decorrentes da seca severa e extrema que assolou o País, havendo necessidade do recurso a soluções de contingência para fazer face às dificuldades apresentadas de um modo geral em todas as regiões em que a empresa opera, mas sobretudo nos volumes disponíveis em diversas albufeiras, bem como nas captações

subterrâneas do Alentejo. A empresa ultrapassou estas dificuldades desenvolvendo implementando planos de contingência, que passaram por ligações alternativas, novos furos, descargas de albufeiras para reforço de captação, abastecimento emergencial via auto tanques, bem como melhorias de ligações, o que, apesar de não estar previsto no orçamento da empresa, não deixou de ser executado uma vez que o Conselho de Administração, com o apoio dos Acionistas e da Tutela, entendeu que os objetivos de garantia de saúde pública e de qualidade ambiental não podem, em circunstância alguma, ser colocados em causa.

Outra ocorrência que com forte impacto em 2017 foi a vaga de incêndios que se registou sobretudo na região centro do País, afetando diversos municípios servidos pela Águas do Vale do Tejo, sendo que face à ausência de energia e inacessibilidades incidências, mas que as equipas no terreno conseguiram repor os serviços num prazo reduzido de tempo. Importa ressaltar que esta catástrofe que se verificou poderá trazer consequências nefastas no futuro, devido sobretudo ao arrastamento de cinzas, potenciando o risco de degradação da qualidade da água nas origens. Para minimizar esses efeitos, a empresa desenvolveu de imediato diversos planos de ação, os quais visam identificar as albufeiras mais críticas face à localização dos incêndios, de modo a implementar procedimentos que minimizem eventuais impactos na qualidade da água.

Ao nível dos investimentos, foram lançados diversos procedimentos de contratação, através de concursos públicos, sempre salvaguardando a desejada proximidade de gestão a cada uma das regiões onde incidem os serviços. Destacam-se, em particular, a construção do sistema de abastecimento e completamento do sistema de águas residuais do Entroncamento, a conceção e construção da ampliação e remodelação da ETAR da Sertã, a reabilitação de diversos reservatórios, de forma a assegurar o seu adequado estado de conservação e funcionamento, com efetiva redução de perdas e melhoria da qualidade do serviço, entre outros.

Em 2017 registaram-se ainda diversos eventos e inaugurações, tais como a inauguração da ETAR do Entroncamento e das ETAR de Amieira e Alqueva, e as assinaturas dos contratos de conceção e construção da ETAR de Canha, da empreitada de beneficiação da ETAR de Oliveira do Hospital, e das empreitadas das ETAR de S. Vicente e Barbacena, em Elvas.

DADOS

Estão apresentados, abaixo, dados considerados relevantes para o desempenho da organização.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- A AdVT captou, em 2017, um volume de 54,3 Milhões de m³ (Mm³), um acréscimo de 1,9% face a 2016;



- O volume de água entrado no sistema, em 2017, foi de 85,0 Mm³, contabilizando 30,4 Mm³ de água adquirida a outros operadores, o que corresponde a 35%, valor idêntico ao ano anterior;
- No ano em análise voltou a ocorrer uma melhoria, ainda que ligeira, do nº de avarias em condutas, face a 2016, de 6 para 5 avarias/100km. ano, mantendo um nível de qualidade de serviço "Boa", no referencial definido, pela ERSAR.

SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

- A AdVT recolheu, em 2017, um volume de 39,3 Mm³, de águas residuais, tal como era expectável muito inferior ao de 2016, em virtude da cisão;
- A Águas do Vale do Tejo tratou, nas suas instalações, 38,7 Mm³ de águas residuais, o que corresponde a uma média diária de 106 mil m³;
- O recurso a prestação de serviços de *outsourcing* de operação e manutenção de infraestruturas de saneamento da Beira Alta, totalizando 159 ETAR e 123 EE.

NEGÓCIO

- No que se refere ao Resultado Líquido, em 2017, foi de 6,9 MEuros;
- Os valores de Tarifa média cobrada em 2017 foram:
 - AA - 0,5816 €/m³;
 - AR - 0,5215 €/m³.
- No sistema de adução o volume de água não faturado correspondeu a 5,2 Mm³ (6,1% da água entrada no sistema, uma redução de 0,5%, face a 2016);
- Estima-se que a população residente abrangida pelos referidos sistemas seja atualmente de cerca de, 1,0 milhões de habitantes, na atividade de abastecimento de água e cerca de 0,6 milhões de habitantes na atividade de saneamento de águas residuais.

TRABALHADORES E COMUNIDADE

- Em virtude da gestão delegada da AdVT, na EPAL, os trabalhadores foram integrados, por esta última, sendo que a AdVT não possui trabalhadores;
- A AdVT tem promovido junto da Comunidade da sua área de intervenção e, frequentemente em parceria com entidades locais, ações de Educação Ambiental, que contam com o envolvimento direto de milhares de crianças e jovens, pertencentes a vários municípios;



- Promoção de uma campanha de sensibilização ambiental em 6 praias fluviais, todas elas galardoadas com Bandeira Azul, da área de atuação da AdVT, concretamente, Valhelhas, na Guarda, em Seia, na Praia Fluvial de Loriga e em Oliveira do Hospital, na Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas. Estas ações destinaram-se ao público infantojuvenil, com o objetivo de sensibilização para a gestão do Ciclo Urbano da Água. Em cada praia foram realizadas duas sessões, uma às 10h30 e outra às 15h30;
- Organização de uma Visita aos Esgotos de Lisboa, com início no Terreiro do Paço, passagem pela Estação Elevatória das Agências, pelo Caneiro de Alcântara e pela ETAR de Alcântara. Um percurso que começou com água residual e terminou com a água tratada, mesmo antes de ser devolvida ao rio Tejo (ainda no âmbito da AdLVT);
- A exposição itinerante de fotografia "Aquedutos de Portugal" foi vista, em 2017, por mais de 30 000 pessoas em Braga, Covilhã, Pinhel, Moura, Madeira, Vila de Rei, Frájus (França) e na Argélia);
- Deu-se continuidade ao Programa Eco-Escolas, nomeadamente a sensibilização ambiental nas praias que envolveram centenas de jovens. No exterior da ETAR de Évora, com a colaboração dos trabalhadores da Águas do Vale do Tejo e dos Bombeiros de Évora, os jovens envolvidos decoraram uma árvore, com cerca de oito metros de altura. A formação realizada pela Direção de Comunicação e Educação Ambiental em parceria com o Centro de Formação de Associação de Escolas Centro Oeste e integrada no programa do Ministério da Educação dos Tutores de Energia nas Eco-Escolas contou com a presença de cerca de duas dezenas de professores e abordou a temática da utilização racional da água enquanto recurso natural no âmbito da Educação Ambiental;
- No âmbito do Programa "Ambiente em Movimento 2017", a EPAL associou-se ao Município de Celorico da Beira nas comemorações do Dia Mundial da Terra. Na atividade lúdico-pedagógica promovida pela EPAL, estiveram presentes cerca de 250 crianças do 1.º ciclo do ensino básico que jogaram o Twister da Água, testando conhecimentos sobre o tema e apreendendo regras de como podemos poupar água e cuidar dos ecossistemas ribeirinhos;
- A AdVT associou-se, ao longo do ano, à comemoração de várias efemérides, tais como Dia Mundial do Ambiente, Dia Internacional da Biodiversidade, do Dia Mundial das Zonas Húmidas e do Dia Mundial da Terra, Dia Mundial e Nacional da Água, Dia Mundial da Energia, Dia Mundial da Criança, entre outros, sempre com o objetivo máximo de sensibilizar a comunidade.

INOVAÇÃO, CRIAÇÃO DE VALOR E PARTILHA

A Águas do Vale do Tejo, tendo como gestão delegada a EPAL, integrou ativamente os projetos que transversalmente nesta se desenvolveram e concomitantemente manteve a sua própria identidade inovadora, mantendo o desenvolvimento, coordenação e promoção de projetos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) com entidades externas nacionais e internacionais.

Assim, a sua participação em projetos de I&D teve especial enfoque nos relacionados com novas tecnologias de tratamento de água e águas residuais, otimização da gestão operacional, uso sustentável da água, integração de novos sistemas de informação e implementação de sistemas inovadores de apoio à decisão.

Para alcançar tais objetivos, a I&D aposta no envolvimento de todos os trabalhadores como potencial génese de criação de inovação, através da geração de ideias que posteriormente são analisadas e capitalizadas em benefício da eficácia e eficiência das Águas do Vale do Tejo.

Dando sequência à estratégia de I&D e na componente de inovação, no ano de 2017 a Águas do Vale do Tejo participou na 5.ª edição do Prémio EPAL in, concurso de inovação que pretende ser catalisador do envolvimento dos colaboradores da EPAL e da AdVT. Na presente edição foram apresentadas 7 candidaturas, revelando uma participação ativa do capital humano neste processo. Como valorização da apresentação dos projetos, foi atribuído o prémio vencedor a dois projetos em ex aequo, bem como atribuídas 2 menções honrosas. Realça-se a transversalidade dos projetos ao nível das áreas funcionais, bem como o potencial dos projetos para a criação de novos produtos e serviços.

Na componente de Desenvolvimento, a procura de parcerias com centros de conhecimento técnico representados por entidades de ensino profissional, embora iniciada em 2016 foi consagrada em abril de 2017, com a celebração de protocolos de cooperação com 13 entidades públicas e privadas de ensino profissional. Estes protocolos pretendem ser o meio privilegiado para o desenvolvimento da cooperação entre o meio académico e o meio empresarial, tendo como objetivo promover, incentivar e desenvolver ações como a promoção de formação, o intercâmbio de recursos entre as duas entidades e a troca de experiências entre todos os intervenientes, aproveitando as potencialidades de cada uma. Como resultados imediatos, estagiaram na AdVT três formandos, representando entidades de ensino nas áreas geográficas de Castelo Branco e de Sicó, nas áreas da instrumentação, automação, manutenção industrial e serviços gerais.

Na componente de projetos de investigação, mantiveram-se em desenvolvimento o Projeto LIFE IMPETUS, o Projeto ARTICA, o Projeto LIFE SWSS, o Projeto RESCCUE e o Projeto IDIAQUA, detalhados no ponto, I&D e Inovação, do presente relatório.

INDICADORES SUSTENTABILIDADE AdVT

| | 2015 | 2016 | 2017 |
|---|-------|-------|---------|
| Eixo Económico | | | |
| Volume de Negócios (M€) | 241,8 | 193,0 | 90,2 |
| Volume de Água Faturado (Mm ³) | 78,3 | 76,4 | 79,9 |
| Volume de Efluente Faturado (Mm ³) | - | - | 33,0 |
| Resultado Líquido (M€) | - | - | 6,9 |
| Eixo Social | | | |
| Municípios Servidos (nº) | | | |
| Abastecimento de Água | 70 | 70 | 70 |
| Águas Residuais | - | - | 55 |
| População Servida (Mhab) | | | |
| Abastecimento de Água | 0,9 | 0,9 | 1,0 |
| Águas Residuais | - | - | 0,6 |
| Eixo Ambiental | | | |
| Água não faturada (%) | 9,5 | 10,1 | 6,1 |
| Energia não renovável consumida (GJ) | - | - | 298 184 |
| CO ₂ emitido - emissões diretas e indiretas (ton CO ₂) | - | - | 17 726 |
| CO ₂ evitado (microgeração - autoconsumo) (ton CO ₂) | - | - | 2 |
| Resíduos produzidos (ton) | - | - | 26 672 |

3.3 A ÁGUAS DO VALE DO TEJO, SA (AdVT)

De acordo com o já descrito, o processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, resultando na redução do respetivo âmbito territorial e conduzindo à renomeação do mesmo, para Sistema de Abastecimento de Água e de Saneamento do Vale do Tejo.

Concretamente, dos anteriores oito sistemas agregados mantêm-se na AdVT apenas cinco, sendo que um deles apenas na atividade de abastecimento. Os sistemas de saneamento anteriormente geridos pela Sanest, Simtejo e Águas do Oeste passaram, com a referida cisão, a ser da responsabilidade da Águas do Tejo e Atlântico e o sistema de saneamento anteriormente gerido pela Simarsul passou a ser gerido pela “nova” Simarsul.

A EPAL manteve, em regime de exclusividade, a gestão do sistema de abastecimento de água da região Oeste iniciada em 2016. A operação, manutenção e exploração do sistema é assegurada pela EPAL, que entrega a água aos clientes da AdVT nos pontos de entrega desta, aos municípios

A EPAL, conservou-se outorgante da responsabilidade pela exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Vale do Tejo, nos termos definidos pela Tutela, priorizando a sustentabilidade económica e financeira das operações, para uma contínua melhoria da eficiência, na prestação de serviços e para a promoção da coesão territorial, visando maximizar ganhos de escala e de gama, com benefícios para a tarifa e atenuar a disparidade tarifária, bem como normalizar a relação com os municípios envolvidos, resolvendo questões críticas como o desvio de recuperação de gastos ou a faturação de caudais mínimos.

No âmbito da Gestão Delegada do Sistema, a EPAL assumiu, não só a gestão das infraestruturas afetas ao sistema AdVT, mas também todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema, concretamente:

1. Construção das infraestruturas;
2. Aquisição, manutenção e renovação das instalações e equipamentos;
3. Controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas;
4. Faturação dos serviços de fornecimento e de recolha;
5. Elaboração da contabilidade da sociedade;
6. Gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal;
7. Gestão financeira e controlo de gestão;
8. Apoio jurídico;
9. Logística;
10. Comunicação;
11. Gestão de sistemas de informação;
12. Suporte e apoio à atividade.

Relativamente ao ponto 6, gestão de recursos humanos, a EPAL assume a posição contratual da sociedade AdVT, nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoas, ou seja, os trabalhadores da Águas do Vale do Tejo encontram-se integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando esta a contratar, em nome próprio, o pessoal necessário à gestão do sistema. Pelo exposto, a 31 de dezembro de 2017, a Águas do Vale do Tejo não tinha qualquer trabalhador nos seus quadros de pessoal.

3.3.1 ATIVIDADE E INFRAESTRUTURAS

A referida cisão ocorreu a 30 de junho de 2017, sendo que a partir de 1 de julho do ano em análise o número de infraestruturas, afetas à atividade de saneamento, sofreu uma alteração significativa, sendo que a atividade da AdVT mantém a produção de água para consumo humano e a recolha, tratamento e rejeição de água residual.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO (AA)

| Atividade | Infraestruturas | Ano | | |
|---------------|---|-------|-------|-------|
| | | 2015 | 2016 | 2017 |
| Abastecimento | Sistema Adutor (km) | 3 813 | 3 931 | 3 898 |
| | Estação Elevatória (EE) (nº) | 183 | 194 | 197 |
| | Estação de Tratamento de Água (ETA) (nº)* | 46 | 46 | 48 |
| | Reservatório (nº) | 685 | 685 | 700 |
| | Captação (nº) | | | |
| | Subterrânea | 300 | 309 | 311 |
| | Superficial | 43 | 43 | 43 |
| | Barragem (nº) | 6 | 6 | 6 |

* No valor 3 898 encontra-se incluída a parcela do sistema adutor Oeste (379 km), geridos pela EPAL.

** No valor 197 encontram-se incluídas as instalações do sistema Oeste (36), geridos pela EPAL.

*** Acrescem outras 89 instalações de tratamento sendo 18 do sistema Oeste, geridas pela EPAL.

4* No valor 685 encontram-se incluídas as instalações do sistema Oeste (38), geridas pela EPAL.

5* Captações subterrâneas- no valor 309 encontram-se incluídas as instalações do sistema Oeste (56), geridas pela EPAL.

SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (AR)

| Atividade | Infraestruturas | Ano | | |
|---------------|---|-------|-------|------|
| | | 2015 | 2016 | 2017 |
| Abastecimento | Sistema Intercetor (km)* | 2 262 | 2 282 | 839 |
| | Estação Elevatória (EE) (nº) | 643 | 654 | 293 |
| | Fossa Sética Coletiva (nº) | 15 | 15 | 15 |
| | Sifão (nº) | 13 | 13 | 0 |
| | Emissário Submarino (nº) | 11 | 11 | 0 |
| | Estação de Tratamento de Água Residual (ETAR) (nº)* | 512 | 517 | 396 |

*Redução devida à cisão da AdLVT

CLIENTES

A AdVT integra como utilizadores, em simultâneo, para as atividades abastecimento de água e saneamento de águas residuais cinquenta e cinco municípios e apenas na componente de abastecimento de água quinze municípios.

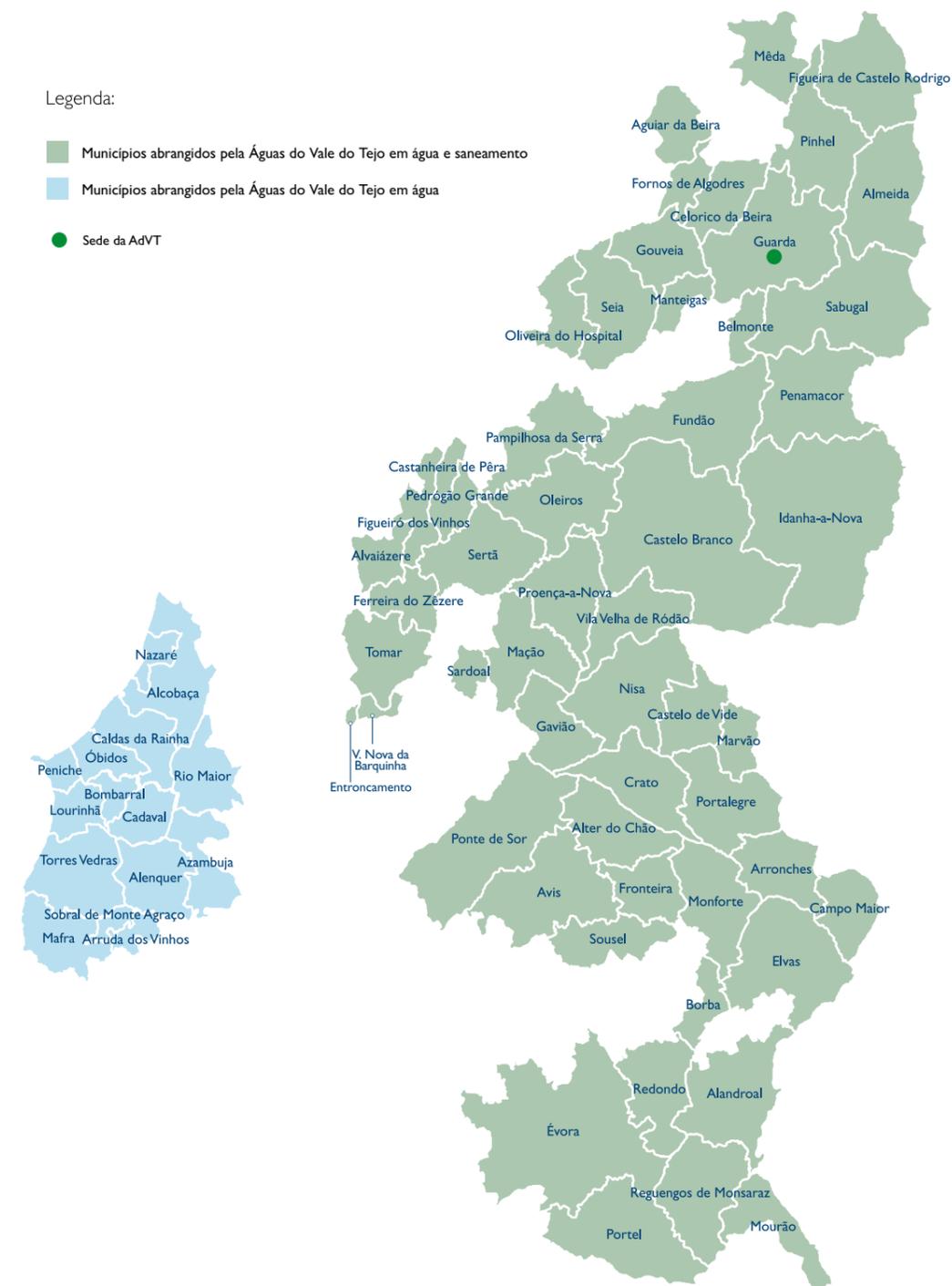
Na zona da Beira Alta, dado o elevado número de instalações e grande dispersão geográfica, manteve-se a prestação de serviços de Exploração e Manutenção de ETAR em *outsourcing*, num total de 159 ETAR e 123 EE.

Legenda:

■ Municípios abrangidos pela Águas do Vale do Tejo em água e saneamento

■ Municípios abrangidos pela Águas do Vale do Tejo em água

● Sede da AdVT



CADEIA DE VALOR

Para cumprir a Missão que lhe foi outorgada, a AdVT conta, para além do seu desempenho, com a colaboração, a montante, da cadeia de fornecimento, bem como de outras empresas do grupo na gestão eficiente do ciclo urbano da água. Nas representações gráficas que a seguir se apresenta expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, individualizada para cada uma das atividades core, especificando as atividades de operação.

Operação - Água



Operação - Saneamento



3.4 MODELO DE GOVERNAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

3.4.1 Estrutura e Composição do Modelo de Governação

Nos termos do n.º 1 do artigo 12.º dos Estatutos da Sociedade, são órgãos sociais da Águas do Vale do Tejo, S.A.:

- A Assembleia Geral;
- O Conselho de Administração;
- O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Ainda e nos termos do n.º 4 do artigo 12.º dos Estatutos, está prevista a existência de um Conselho Consultivo.

Em termos de administração e supervisão o modelo de governo é assegurado por um Conselho de Administração e a respetiva fiscalização cometida ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas.

Nos termos do artigo 21.º dos estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração os poderes de gestão e representação da sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos estatutos da sociedade e pelas deliberações dos acionistas. Ainda nos termos do artigo 22.º, a gestão corrente pode ser delegada em um ou dois administradores ou numa comissão executiva composta por três a cinco administradores.

O modelo de governo da empresa visa a transparência e a eficácia do funcionamento da empresa, assente numa separação clara de poderes entre os diversos órgãos sociais. Assim, o Conselho de Administração desempenha funções de supervisão, de controlo e de acompanhamento de questões estratégicas e do relacionamento entre acionistas e restantes órgãos sociais, assim como de funções de natureza operacional, que consistem na gestão corrente da atividade. Já os órgãos de fiscalização são responsáveis pelo exercício de funções de fiscalização da atividade da administração, das contas da Sociedade, dos sistemas de controlo e gestão de riscos e auditoria interna, avaliação das práticas e métodos contabilísticos e verificação de irregularidades.

Assembleia Geral (AG)

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, os quais constituem igualmente os titulares da Mesa das Assembleias Especiais, conforme previsto no artigo 15.º dos estatutos da Águas do Vale do Tejo. Compete ao presidente convocar assembleias gerais ou especiais, dirigi-las e praticar quaisquer atos previstos na lei, nos estatutos ou em deliberação dos acionistas. O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vice – presidente.

Em 30 de junho de 2015, foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral da sociedade, abaixo identificados.

Membros da Mesa da Assembleia Geral da sociedade:

Presidente Presidente da Câmara Municipal da Guarda: Álvaro dos Santos Amaro

Vice-presidente Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretária Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração (CA)

Nos termos do n.º 1 do artigo 20º dos Estatutos da Sociedade, por deliberação da Assembleia Geral de 30 de junho de 2015, foi eleito o Conselho de Administração, composto por sete membros, quatro executivos e três não executivos.

Presidente José Manuel Leitão Sardinha

Vogal Executivo Luísa Maria Branco dos Santos Mota Delgado

Vogal Executivo Rui Manuel Gonçalves Lourenço

Vogal Executivo Barnabé Francisco Primo Pisco

Vogal Não Executivo Presidente da Câmara Municipal do Crato: José Correia da Luz

Vogal Não Executivo Presidente da Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz: José Gabriel Paixão Calixto

Vogal Não Executivo Presidente da Câmara Municipal de Entroncamento: Jorge Manuel Alves de Faria

Em 2017, o Conselho de Administração reuniu 12 vezes.

Órgão de Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas, ou sociedade de revisores oficiais de contas, que não sejam membros daquele órgão. Nos termos estatutários, o conselho fiscal é composto por três membros efetivos e por um suplente, nomeados em assembleia geral, sendo o seu presidente também por ela nomeado.

O Revisor Oficial de Contas, ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, é nomeado em assembleia geral, sob proposta do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal nomeado, é o seguinte.

Conselho Fiscal

Presidente Saskia Márcia Ferreira Lopes

Vogal Efetivo Luís Miguel Barros Martins Damas

Vogal Efetivo Maria do Carmo dos Reis e Silva Mendes

Vogal Suplente José Manuel de Almeida

O Revisor Oficial de Contas, nos termos da alínea b), do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, foi proposto pelo Conselho Fiscal da Sociedade à Assembleia Geral realizada em 30 de junho, tendo esta proposta sido aprovada por unanimidade.

Revisor Oficial de Contas

SROC Esteves Pinho e Associados, SROC, Lda., membro independente da BKR International

ROC Efetivo Rui Manuel Correia de Pinho

ROC Suplente Luís Manuel Moura Esteves

Auditor Externo

O auditor externo da AdVT, a Ernst & Young Audit & Associados, SROC, SA, foi contratado através de um concurso público feito pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, em 2016, para os serviços de auditoria financeira externa para as empresas do Grupo.

São realizadas, com periodicidade semestral, reuniões formais entre o Conselho de Administração e o Auditor Externo para avaliação do desempenho da empresa e da sua gestão, bem como dos trabalhos desenvolvidos pelo Auditor Externo, uma vez que é o Conselho de Administração o órgão responsável pela avaliação deste último.

Comissão de Vencimentos

Delibera sobre a remuneração dos membros dos órgãos sociais

Presidente Presidente da Câmara Municipal de Alcobça, Paulo Inácio

Vogal Efetivo Duarte de Almada Cardoso Veiga da Cunha

Vogal Efetivo Paulo Jorge Pinto da Silva

Delegação de Autoridade/Competências

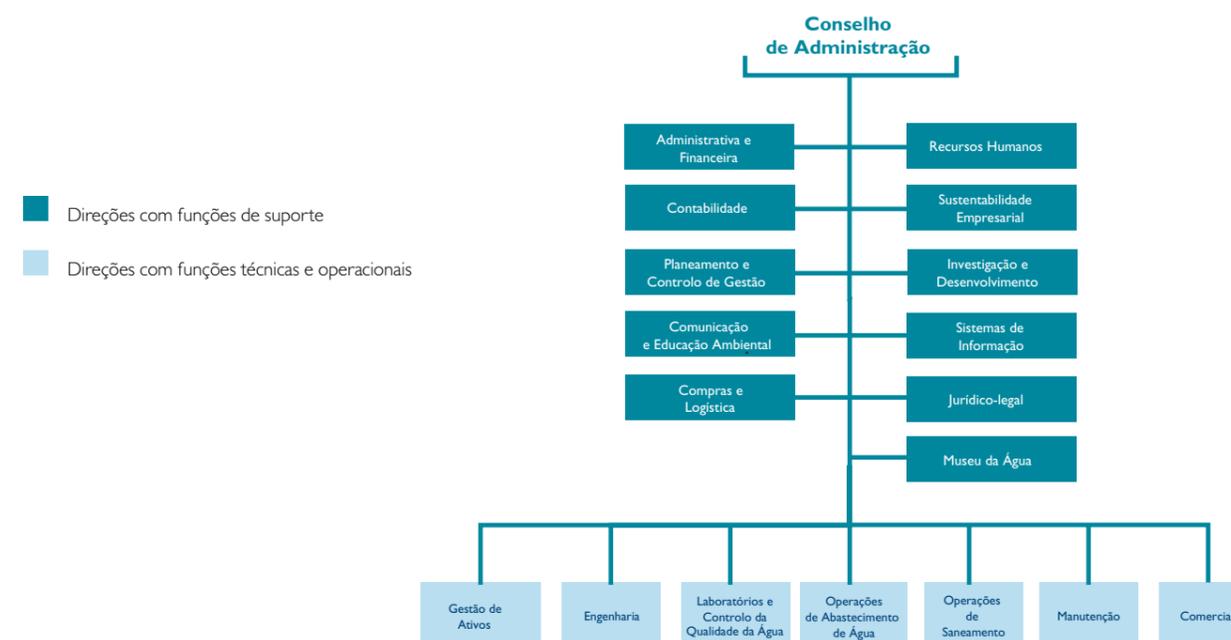
A AdVT adotou a delegação de competências da EPAL, nomeadamente através da Ordem de Serviço n.º 6 (edição n.º 7), aprovada em sede Conselho de Administração de 21 de setembro de 2016 e posteriormente revista em 10 de maio de 2017 (edição n.º 9).

A Ordem de Serviço em apreço estabelece os princípios de delegação de competências na Empresa, aplicando-se a todos os responsáveis Hierárquicos.

Há, ainda, outros documentos normativos internos, em vigor, referentes à Estrutura Orgânica e Constituição de Pelouros, bem como o Regulamento do Conselho de Administração da AdVT. Os referidos documentos encontram-se disponíveis na Intranet da EPAL, na área das Normas e Manuais e na área do Sistema de Responsabilidade Empresarial.

Estrutura Orgânica da EPAL

A estrutura organizativa da EPAL que assegura a gestão delegada do Sistema Multimunicipal de Abastecimento e de Saneamento do Vale do Tejo é a seguinte:



A AdVT adotou a delegação de competências da EPAL, nomeadamente através da Ordem de Serviço n.º 6 (Edição n.º 7), aprovada em sede Conselho de Administração de 21 de setembro de 2016 e posteriormente revista em 10 de maio de 2017 (edição n.º 9). A Ordem de Serviço em apreço estabelece os princípios de delegação de competências na Empresa, aplicando-se a todos os responsáveis hierárquicos.

Como princípios gerais encontra-se estabelecido que os responsáveis pela apresentação e aprovação de propostas de aquisição de bens e serviços de que resultem encargos para a Empresa têm a responsabilidade de verificar a existência de suporte orçamental adequado, sendo que a ausência desse suporte implica obrigatoriamente a intervenção do Conselho de Administração.

Encontra-se expressamente vedado o desdobramento de despesas de forma a iludir os limites fixados na Ordem de Serviço em apreço.

Nas situações de exercício de competências delegadas por decisão conjunta que envolvam membro do Conselho de Administração, quando por força de circunstâncias, recaiam num único Administrador as duas valências consideradas, deverá obrigatoriamente ser chamado a intervir um outro Administrador.

Encontra-se ainda exposto que todas as matérias ou assuntos omissos são da competência do Conselho de Administração

Processo e Critérios de Seleção e Nomeação da Gestão de Topo

Os membros do Conselho de Administração são eleitos em Assembleia-Geral, em função dos respetivos currículos e experiência profissional, os quais evidenciam capacidades e competências para assegurar, no seu conjunto, a boa gestão da empresa nas vertentes económica, técnica, ambiental e social.

Na seleção dos administradores propostos à AG intervêm os ministros da tutela e o acionista.

Competência para a determinação da remuneração e mecanismos que previnam conflitos de interesses

A aplicabilidade desta instrução restringe-se aos membros dos Órgãos Sociais, uma vez que, no âmbito da gestão delegada à EPAL e nos termos do Decreto-Lei n.º 94/2015, com exceção dos Órgãos Sociais a AdVT não tem qualquer colaborador no seu quadro de pessoal.

Assim, todos os mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, respeitam integralmente ao Conselho de Administração e em observância aos mecanismos instituídos na EPAL.

Os membros do Conselho de Administração da AdVT têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, relativo ao regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos, alterada pela Lei n.º 28/95, de 18 de agosto e pela Lei 42/96, de 31 de agosto.

Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na EPAL e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração, no cumprimento de todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.

Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e

pelo Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas empresas onde exercem funções.

Entregaram ainda a outras entidades, como o Tribunal Constitucional e a Procuradoria-Geral da República, as devidas declarações, no estrito cumprimento do estabelecido na Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, no Decreto Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março, na Lei n.º 28/82, de 15 de novembro, na Lei n.º 64/93 de 26 de agosto e o estabelecido no Código das Sociedades Comerciais.

Ainda no domínio do estabelecido no DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, relativo aos princípios aplicáveis ao setor público empresarial e empresas públicas, no que respeita a esta matéria, designadamente ao disposto no Artigo 52.º, e na Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 7 de novembro de 2012, relativa à Gestão de Conflitos de Interesse no Setor Público, os membros do Conselho de Administração entregaram as devidas declarações relativas às relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Os membros do Conselho de Administração abstêm-se de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.

Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 02 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, relativa ao controlo público da riqueza dos titulares de cargos políticos.

No domínio da prevenção de conflitos de interesse, dando cumprimento à recomendação do CPC - Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009- Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, destaca-se ainda:

- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- O Código de Ética e de Conduta;
- Consagração e prática, no relacionamento com as Partes Interessadas, dos valores de:
 - Integridade e Transparência;
 - Competência e Rigor;
 - Respeito pela Lei;
 - Melhoria Contínua;
- Existência de processos de auditoria autónomos e independentes;
- Contratos de comissões de serviço em regime de exclusividade;
- Cumprimento rigoroso do Código de Contratação Pública;
- Composição organicamente diversificada dos júris constituídos quer no âmbito dos procedimentos de recrutamento e seleção, quer nos de aquisição de bens e serviços.

Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização

A política de remunerações dos membros dos Órgãos Sociais da Águas do Vale do Tejo, bem como o respetivo regime remuneratório, decorre do regime jurídico aplicável ao Setor Público Empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do setor público e do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março.

A política remuneratória dos órgãos sociais da AdVT é comum à das empresas do grupo Águas de Portugal e segue rigorosamente o disposto nos vários diplomas e recomendações sobre a matéria, nomeadamente quanto:

- À definição de categorias de empresas para efeito de remunerações dos respetivos órgãos sociais, em função da sua dimensão, complexidade e estágio de desenvolvimento, sendo a AdVT uma empresa com classificação "B";
- À celebração de contratos de gestão com todos os gestores das empresas participadas do Grupo, nas condições exigidas pelo estatuto do gestor público;
- À divulgação nos relatórios de gestão das remunerações e outros benefícios e regalias auferidas pelos membros dos órgãos sociais da AdVT.

O Estatuto Remuneratório aprovado em Assembleia Geral de 30 de junho de 2015 prevê expressamente não haver lugar à atribuição de prémios de gestão, nem de benefícios complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

Processo de Comunicação à Gestão de Topo de Preocupações Críticas e Mecanismos Utilizados para a Sua Resolução

Tendo em conta que a AdVT não tem trabalhadores, não se encontram definidos mecanismos para comunicação com a gestão de topo sobre preocupações críticas e a respetiva resolução.

3.4.2 Missão, Estratégia, Política e Objetivos 2017 e sua Avaliação

O exercício das funções do Conselho de Administração terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que relativamente em especial ao exercício de funções executivas, prevê as seguintes obrigações:

- Cumprir os objetivos da empresa definidos em Assembleia Geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advinha de tais factos ou documentos;

- Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor e do Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração estão ainda sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade, estando ainda sujeitos ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

Para além do cumprimento de outras orientações que vierem a ser determinadas nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Conselho de Administração da Águas do Vale do Tejo, sem prejuízo da sua autonomia de gestão, deve, na medida das suas competências:

- Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental (política de inovação e sustentabilidade);
- Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

A administração da Águas do Vale do Tejo, na qualidade de empresa do setor empresarial do Estado, deverá ainda adotar as melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas do Setor empresarial do Estado.

Está igualmente obrigada ao cumprimento dos deveres de informação, nos termos e prazos fixados, junto da Inspeção Geral de Finanças, Direção Geral do Tesouro e Finanças, Tribunal de Contas, e outros, para efeitos de acompanhamento e monitorização

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a empresa, após o importante esforço de investimento em infraestruturas e o conjunto de alterações mais recentes, em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e recentrar da sua atuação, designadamente em:

- Aprofundar a colaboração com os Municípios, através nomeadamente da:
 - a) Promoção da constituição de parcerias integrando sistemas municipais, privilegiando a promoção da gestão do ciclo integral da água;
 - b) Identificação de outras alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
 - c) Adoção de medidas conducentes a uma efetiva participação dos parceiros municípios nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento;
- Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - a) Na concretização dos destaques de sistemas multimunicipais;
 - b) Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais;
 - c) Na constituição de centros de competência regionais em rede, em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais;
 - d) Na reorganização das áreas corporativas, incluindo a redistribuição de recursos de acordo com as efetivas necessidades das empresas do Grupo AdP, a criação de comités e/ou bancos de competências especializados e de inovação com as entidades regionais, com a consequente reavaliação de instalações;
- Assegurar elevados níveis de eficiência, a partir do reforço da sua natureza empresarial e incentivo aos seus quadros e alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:
 - a) Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo também para um melhor conhecimento das diferentes afetações de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;
 - b) Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
 - c) Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
 - d) Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.

- Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural;
- Assegurar a gestão das infraestruturas de acordo com as boas práticas de gestão de ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
 - a) Definição da política de gestão de infraestruturas;
 - b) Integração organizacional das funções de conceção, construção e manutenção nas empresas operacionais;
 - c) Consolidação do conhecimento das infraestruturas;
 - d) Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;
 - e) Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;
 - f) Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro;
- Assegurar um efetivo envolvimento do Grupo AdP na implementação de medidas de proteção ambiental multissetoriais, nomeadamente as medidas necessárias para a resolução dos problemas dos efluentes agropecuários e agroindustriais;
- Capitalizar as competências e capacidades disponíveis no Grupo AdP para a implementação de projetos nacionais e para a internacionalização, neste caso, privilegiando operações de reduzido envolvimento financeiro.

Nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, nas empresas que prestem serviços de interesse geral é obrigatória a definição de orientações estratégicas e objetivos de gestão aplicáveis aos respetivos gestores. Conforme já referido, as orientações estratégicas e os indicadores de gestão respeitantes aos contratos de gestão previstos no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-lei n.º 71/2007, de 27 de março, foram aprovados na Assembleia Geral de acionistas de 4 de agosto de 2017.

O contrato de gestão prevê que para o mandato passem a vigorar as orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão, constantes do documento que constituiu parte integrante do Contrato em apreço.

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato, bem como a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização.

O relatório de avaliação de desempenho do Conselho de Administração é elaborado pelo órgão de fiscalização, no qual consta de forma evidente o grau de execução de cada um dos objetivos, bem como se os indicadores definidos atingiram, ou não o definido.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos, conforme quadro seguinte:

| Grau de Concretização | Avaliação Global |
|-----------------------|-------------------------|
| GC < 1,8 | Objetivos não Cumpridos |
| 1,8 ≤ GC < 2,5 | Objetivo Cumpridos |
| GC ≥ 2,5 | Objetivo Superados |

A avaliação far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador, determinado nos termos descritos no quadro de indicadores e metas.

Os resultados obtidos em 2017 foram os seguintes:

| | Resultado | Avaliação | Ponderação inicial | Ponderação ajustada | Atingimento |
|---|-----------|----------------|----------------------------|---------------------|-------------|
| 1. Objetivos financeiros, de eficiência e sustentabilidade | | | | | |
| 1.1. Eficiência de gestão (PRC=GV+FSE+GP)/VN) | -1,6% | ✘ Não atingido | 12,5% | 13,1% | 1,0 |
| 1.2. Limite ao endividamento | 444,1 | ⚠ Atingido | 12,5% | 13,1% | 2,0 |
| 1.3. Dívida comercial (vencida) de devedores municipais | 104,2 | ⚠ Atingido | 12,5% | 13,1% | 2,0 |
| 1.4. Degradação da tesouraria de exploração (DTE) | | ⚠ Não avaliado | 5,0% | 0,0% | - |
| 1.5. Rentabilidade do capital investido (RCI) | 50,2% | ✘ Não atingido | 12,5% | 13,1% | 1,0 |
| 2. Objetivos ambientais | | | | | |
| 2.1. Evolução da qualidade da água fornecida | 99,9% | ⚠ Atingido | 12,5% | 13,1% | 2,0 |
| 2.2. Qualidade das Águas Residuais Tratadas | 2 | ✔ Superado | 12,5% | 13,1% | 3,0 |
| 3. Objetivos Setoriais | | | | | |
| 3.1. EVEF - Data de conclusão dos trabalhos | 99,9% | ✔ Superado | 7,5% | 8,1% | 3,0 |
| 3.2. Destaque dos SMM da área metropolitana de Lisboa | 2 | ✔ Superado | 7,5% | 8,1% | 3,0 |
| 4. Objetivos de reporte | | | | | |
| 4.1. Grau de cumprimento dos prazos de reporte (GCPR) | -2 | ✔ Superado | 5,0% | 5,6% | 3,0 |
| Avaliação Global | | | Objetivos Cumpridos | | 2,1 |

O indicador 1.4 – Degradação da tesouraria de exploração (DTE) não foi avaliado em 2017 devido à cisão ocorrida, pelo que a ponderação foi distribuída e ajustada proporcionalmente pelos restantes indicadores, tal como previsto contratualmente.

A avaliação global do ano foi de 2,1 considerando-se assim uma avaliação global de OBJETIVOS CUMPRIDOS, sendo que os mesmos ainda não se encontram auditados.

Atendendo à avaliação atingida, nos objetivos que não foram atingidos, o Conselho de Administração analisou os motivos pelos quais ocorreram, tendo sido identificado que a principal causa teve a ver com o comparativo utilizado, o qual decorreu do estudo de viabilidade económico e financeiro inicial para a AdVT. Sendo esse documento um planeamento a médio e longo prazo, o primeiro ano de projeção (base de avaliação do ano de 2017), enferma de limitações de comparabilidade que influenciaram os resultados atingidos.

Para 2018 sobretudo estes indicadores serão monitorizados autonomamente e, caso aplicável serão tomadas medidas de correção aos resultados periódicos, de modo a que a empresa possa melhorar o desempenho nestes indicadores.

O Investimento de 2017 da Águas do Vale do Tejo ascendeu a 4,9 M Euros, de acordo com a distribuição apresentada na tabela seguinte.

| Investimento | Milhões de euros (M€) | | |
|----------------------------|-----------------------|-------------|------------|
| | 2015 | 2016 | 2017 |
| Saneamento | 23,8 | 7,5 | 2,2 |
| Abastecimento | 12,8 | 3,4 | 1,6 |
| Abastecimento + Saneamento | 0,2 | - | - |
| Estrutura | 0,3 | 1,2 | 1,1 |
| TOTAL | 37,1 | 12,1 | 4,9 |

Em termos de obras concluídas, em 2017, destacam-se as seguintes:

- Empreitada de Conceção/Construção para a remodelação/ ampliação do nível de tratamento da ETAR de Proença-a-Nova;
- Construção de EE e conduta de ligação à Amoreira;
- Empreitada do Sistema de Saneamento do Concelho de Portel - Conceção, Construção/Reabilitação das ETAR de Portel, Amieira e Alqueva e respetivas EE e Sistemas Intercetores.

Em 2017 passaram de imobilizado em curso para firme cerca de 2,0 milhões de euros, sendo que no final de 2017 estava em curso um montante de investimento de 9,3 milhões de euros.

Participação em associações Nacionais /Internacionais e Cartas e Princípios subscritos

Em 2017, a AdVT participou nas seguintes instituições de índole fundacional ou associativo:

- AMESEIXAL - Agência Municipal de Energia do Seixal;
- APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas;
- APRH - Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos;
- NERGA - Associação Empresarial da Região da Guarda;
- RELACRE - Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal.

Ética e Integridade

A atuação da AdVT, enquanto empresa que presta um serviço público, pauta-se por valores de integridade, rigor e responsabilidade no desempenho da sua missão. O Código de Conduta e Ética expressa o compromisso da empresa e órgãos sociais em prosseguir a sua missão com transparência, diálogo e ética. Mais do que um compromisso, o código reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de uma empresa que assume como princípios estruturantes da sua ação a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes ambientais, sociais, económicas e culturais.

Com a gestão delegada do sistema da AdVT atribuída à EPAL a empresa adotou o mesmo Código de Conduta e Ética da EPAL, que foi atualizado em junho de 2014 e que está disponível para consulta na intranet e internet (www.epal.pt).

No sítio da internet da AdVT, quando se menciona o Código de Conduta e Ética, o mesmo é acessível através de uma hiperligação para o Código, que se encontra disponível para consulta em: <http://www.adlvt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/codigo-de-conduta-e-etica/>.

O código de ética da EPAL tem por objetivo enquadrar a missão, os princípios e os valores da empresa num conjunto de referências e linhas de orientação que deverão mobilizar os comportamentos e atitudes de todos os trabalhadores ao seu serviço nas suas atividades de todos os dias. As referências e linhas de orientação do Código de Ética deverão ser observadas por todos os trabalhadores da empresa e trabalhadores das entidades que prestem serviços à AdVT, qualquer que seja a natureza jurídica da sua relação.

Foi igualmente adotado na empresa um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC), também disponível na intranet e internet (www.epal.pt). No site da AdVT, quando se menciona o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o mesmo é acessível através de uma hiperligação para o site da EPAL. <http://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/sustentabilidade-responsabilidade-empresarial/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas>.

Os seus objetivos passam, em grande medida, por identificar as áreas que potencialmente poderão ser sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os respetivos riscos daí decorrentes e os controlos instituídos, pela empresa, visando a sua mitigação.

O Plano pretende, também, reforçar a cultura do grupo e dos respetivos trabalhadores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades. Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do CPC - Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009.

Em conformidade com o definido no artigo n.º 46 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e relativamente à atividade da LVT, em 2016, foi elaborado um relatório síntese das ocorrências identificadas, ou risco de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo n.º 2 da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, o qual se encontra disponível para consulta no site da LVT em <http://www.adlvt.pt/index.php/pt/menu/empresa/governo-da-sociedade/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes>.

Dando cumprimento ao previsto nos n.º 1 e n.º 2 do artigo n.º 46 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, anualmente é efetuada a avaliação do cumprimento do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da empresa, sendo elaborado o relatório anual com as respetivas conclusões, o qual é remetido à Unidade Técnica (UTAM), para publicitação no site da referida entidade, nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, sendo igualmente publicado no sítio de internet da empresa www.adlvt.pt acessível através da ligação http://www.adlvt.pt/files/7314/8577/9440/Relatrio_Sntese_PGRCIC_LVT.pdf.

Por forma a dar cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 7 de novembro de 2012, relativa à gestão de conflitos de interesses no setor público, a empresa implementou Declarações de Conflito de Interesse, subscritas pelos Administradores e pelos trabalhadores com funções em áreas potencialmente sujeitas à ocorrência de atos de corrupção.

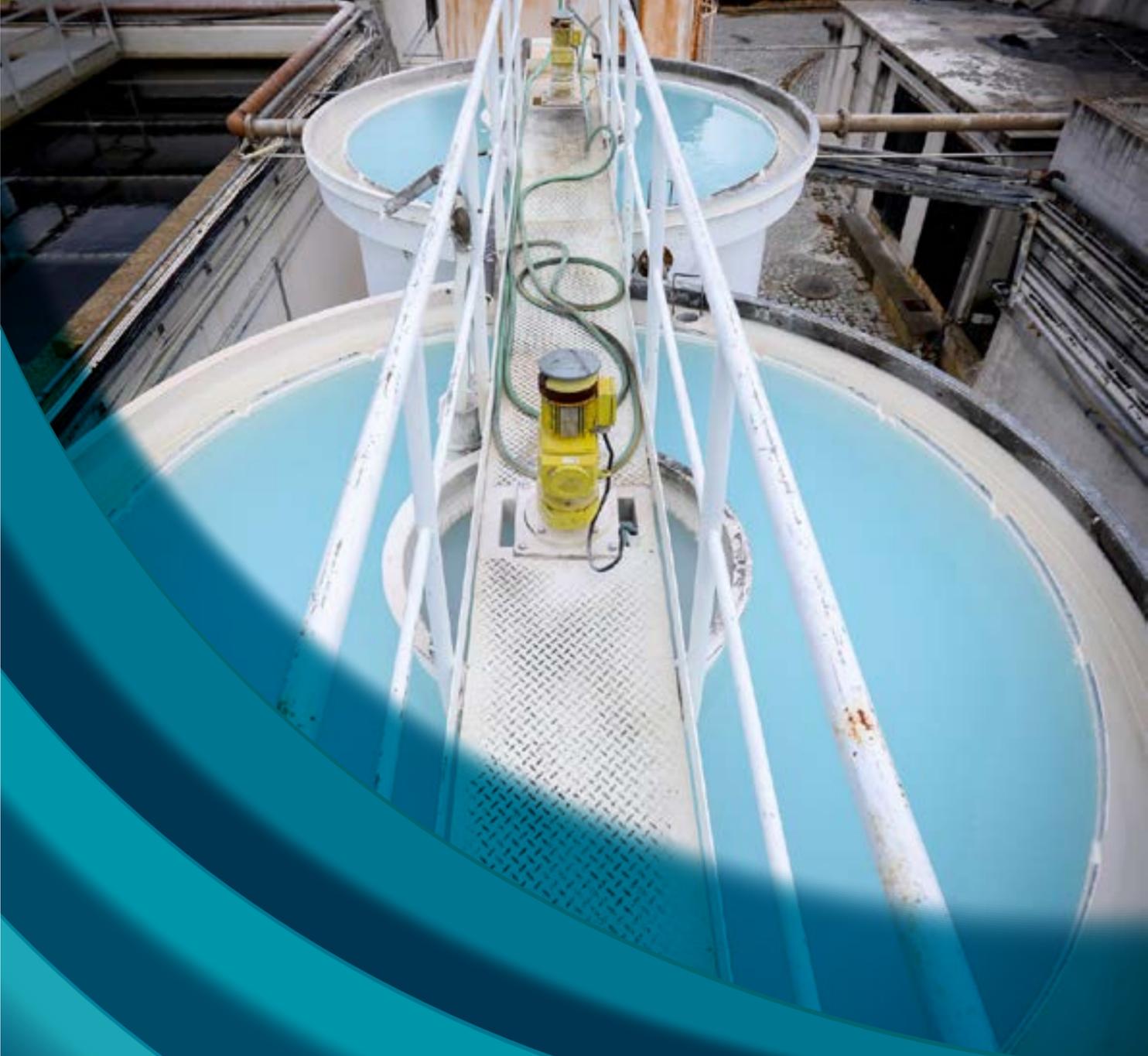
No PGRCIC encontram-se descritos os meios de comunicação de eventuais irregularidades ocorridas na sociedade, tendo o grupo AdP definido canais de comunicação para a Comissão de Ética, concretamente um endereço de correio eletrónico, eticaadp@adp.pt, para a via eletrónica, ou Rua Visconde Seabra n.º 3, 1700-421 Lisboa, para a via postal.

Sem prejuízo da comunicação de irregularidades ou denúncias para a Comissão de Ética do grupo AdP, qualquer trabalhador ou entidade externa pode, também, efetuar a sua comunicação ao Conselho de Administração, da empresa visada, devendo esta dar conhecimento à Comissão de Ética através das vias anteriormente descritas.

Para além dos documentos mencionados, que se encontram disponíveis, para consulta na internet, em: <http://www.epal.pt>, existem outros mecanismos internos e externos para assegurar o cumprimento dos requisitos relativos ao comportamento ético, concretamente:

- O estabelecido no Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro);
- Gabinete Jurídico na macroestrutura da empresa;
- Sistema de Responsabilidade Empresarial;
- Direção de Recursos Humanos - formação e sensibilização.

[esta página está intencionalmente em branco]



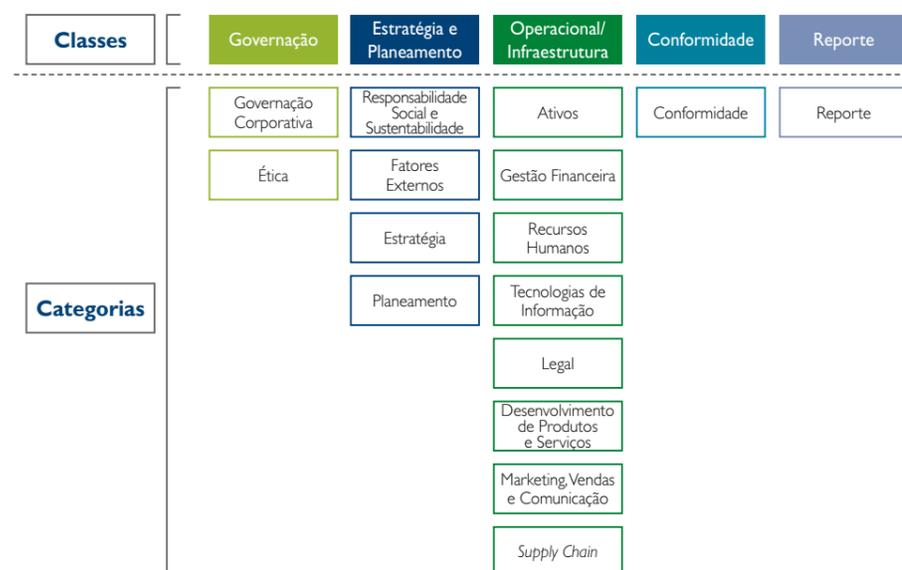
4. Estratégia - Riscos, Partes interessadas, Impactos e Oportunidades

4.1 RISCOS

A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, por forma a proteger os investimentos e ativos.

A adequabilidade do sistema de controlo interno na empresa e nomeadamente a eficácia e eficiência dos controlos existentes, encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco existente, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

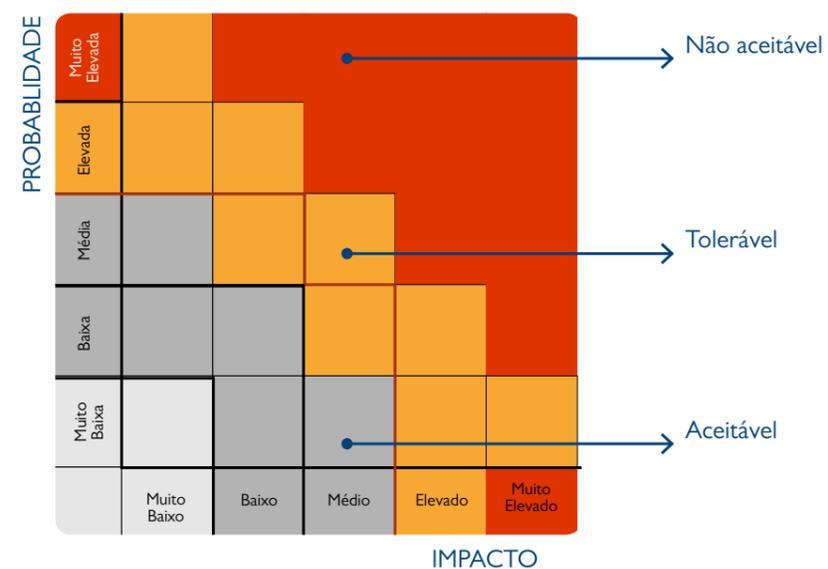
No modelo de gestão do risco empresarial implementado no Grupo AdP, os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz.

A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar;
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.



A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco;
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são definidos e implementados Planos de Tratamento do Risco, como medidas que visam a sua mitigação.

A Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) é a Direção da AdP SGPS que tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios da empresa, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, a execução de testes de conformidade para avaliar os resultados e a realização de auditorias internas à empresa. A AICR, enquanto elemento supervisor no processo de avaliação de risco e da eficácia e eficiência dos sistemas de controlo interno da empresa, reporta diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, encontrando-se dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

A abordagem dos riscos é assegurada pelas estruturas existentes de acompanhamento e controlo da atividade na empresa, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

Para além da AICR, outras áreas funcionais da empresa desenvolvem competências no controlo de risco, designadamente o Secretário da Sociedade, a Direção Jurídico-Legal, a Direção Financeira e a Direção de Comunicação, em áreas como a Legal, Financeira e Reputacional.

No contexto atual, atendendo que a EPAL é que detém a gestão delegada do sistema de abastecimento de água e saneamento de águas residuais da Águas do Vale do Tejo, os principais riscos a que a AdVT está exposta na sua atividade, resultantes da avaliação conjunta efetuada a ambas as entidades, são os seguintes:

- **Infiltrações de saneamento em alta**
Risco de infiltrações ao longo da cadeia de saneamento "em alta", com consequente diminuição da capacidade de tratamento e perdas financeiras, decorrente de avarias e falhas não detetadas atempadamente, envelhecimento da infraestrutura e ausência de redes separativas;
- **Gestão das participações sociais**
Risco de uma inadequada definição ou implementação da estratégia do Grupo, nomeadamente quando aos seus investimentos (aquisições e alienações), que impeçam a obtenção de ganhos financeiros, de organização e viabilidade do negócio;
- **Gestão da dispersão geográfica**
Risco de incapacidade ou dificuldade na potencialização de ganhos de escala e na gestão dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, devido a dispersão geográfica do negócio;
- **Impacto ambiental**
Risco de uma ineficiente utilização dos recursos ambientais ou contaminação dos mesmos, decorrente direta ou indiretamente da atividade da empresa ou do incumprimento da legislação / regulamentação ambiental vigente;
- **Tecnologias de informação**
Risco de incapacidade ou dificuldade na resposta às necessidades do negócio, devido a inexistência ou desalinhamento do planeamento estratégico das Tecnologias de Informação (equipamentos, infraestruturas, software), face a estratégia da Organização.

A definição do modelo de gestão do risco empresarial no Grupo AdP, contemplou a definição e aprovação de uma Matriz de Riscos aplicável ao universo das suas empresas, assente na metodologia COSO, na qual os riscos se encontram definidos e são revistos periodicamente, considerando a realidade operacional e empresarial existente.

Anualmente, a empresa procede à avaliação do seu risco, através da autoavaliação realizada pelas direções, aos riscos que lhe sejam aplicáveis, tendo por base uma análise do risco inerente e residual, atendendo ao sistema de controlo interno existente e à eficácia e eficiência dos controlos implementados.

Quando, na avaliação de risco anual da empresa, são identificados riscos enquadrados num patamar acima do considerado aceitável para o Grupo AdP, é definido por risco um Plano de Tratamento, aprovado pela Administração, identificando-se para o efeito qual a(s) ação(ões) corretiva(s) a desenvolver, a estratégia de tratamento que esta(s) consubstancia(m) (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada, o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

Decorrente da análise à avaliação do risco efetuada pela empresa no final de 2017, o Conselho de Administração irá avaliar a necessidade de identificar e/ou implementar ações corretivas, as quais sendo identificadas, serão incorporadas nos Planos de Tratamento do Risco, que deverão ser monitorizados periodicamente, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

4.2 PARTES INTERESSADAS / STAKEHOLDERS



Por stakeholder entende-se uma pessoa ou grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da empresa.

O relacionamento da empresa com estas partes interessadas é um procedimento intrínseco ao desenvolvimento da gestão da sustentabilidade da empresa na sua vivência diária.

A envolvimento dos *stakeholders* na atividade do Grupo AdP, onde a AdVT se insere, passa por um exercício de partilha e transparência da empresa na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas pelas empresas do Grupo.

Deveres especiais de prestação de informação

A AdVT cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre assente no princípio da transparência e assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

A identificação das Partes Interessadas teve por base os seguintes critérios:

| | |
|--|--|
| Responsabilidade | Aqueles perante os quais a organização tem, ou pode vir a ter no futuro, responsabilidade legal, operacional e financeira, sob a forma de regulamentos, contratos, políticas e códigos (ex.: empregados, autoridades locais). |
| Influência | Aqueles que têm influência ou poder de decisão sobre a organização (ex.: autoridades locais, acionistas, grupos de pressão). |
| Proximidade | Aqueles com os quais a organização interage mais, incluindo os internos à organização (ex.: empregados, autoridades locais, parceiros de negócio, fornecedores locais). |
| Dependência | Aqueles que estão, direta ou indiretamente, dependentes das atividades da organização em termos económicos ou financeiros, ou em termos de infraestruturas locais ou regionais, bem como os que estão dependentes de produtos fornecidos pela organização. |
| Representação | Aqueles que legitimamente reclamam representar alguém, ou uma causa (ex.: Organizações Não Governamentais [ONG], sindicatos). |
| Política e Orientação Estratégica | Aqueles a quem a organização, direta ou indiretamente, se dirige, através das suas políticas e valores, incluindo aqueles que podem dar alertas para assuntos emergentes e riscos (ex.: sociedade civil, escolas). |

4.3 IMPACTOS

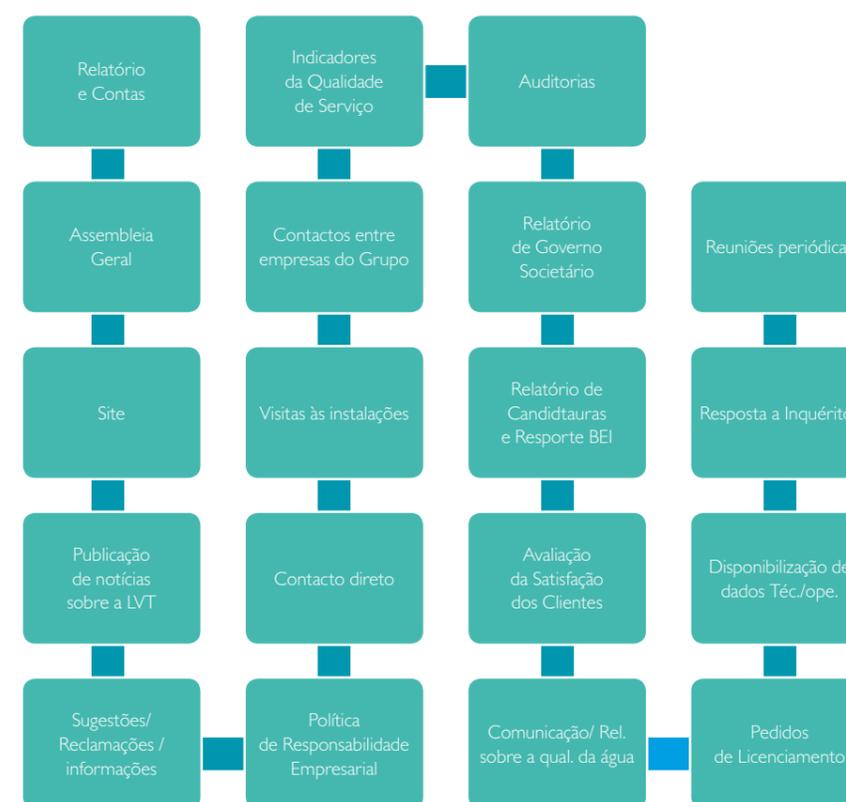
Da atividade da AdVT decorreram, em 2017, considerando a totalidade do ano, os seguintes resultados líquidos e impactos principais:

- 54,3 Mm³ de água captada;
- 38,3 Mm³ de água devolvida ao meio hídrico, após tratamento;
- 3,8 Mm³ de água perdida na adução (4% da água entrada no sistema);
- 0,7% da água tratada, foi reutilizada;
- 1,0 Mhabitantes servidos na atividade de abastecimento de água, em 70 municípios;
- 0,6 Mhabitantes servidos na atividade de saneamento, em 55 municípios;
- 4,9 MEuros em Investimento, nas duas atividades.

4.4 ASPETOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E MEDIDAS

Tendo em conta a sua recente criação, o facto da gestão e exploração estar concessionada à EPAL, não possuir qualquer trabalhador no seu quadro de pessoal, bem como outras alterações associadas à reorganização, do setor, que influenciam, sobremaneira, a análise de materialidade do negócio. A AdVT decidiu realizar, numa fase posterior e em simultâneo com a EPAL, a sua análise de materialidade.

Apesar da situação, a AdVT preocupa-se com as suas Partes Interessadas, prosseguindo com o desenvolvimento de esforços para ir ao encontro das respetivas inquietações. Assim, privilegia a comunicação, que mantém, através da utilização de diversos canais, apresentados abaixo, auscultando as suas opiniões e envolvendo-os na estratégia.



Uma análise ao tipo de preocupações permite afirmar que a garantia da qualidade da água, para abastecimento é o tema que levanta um maior número de questões, seguida de ocorrências em obra, descarga de águas residuais, fiabilidade, segurança, capacidade e sustentabilidade dos sistemas. Por forma a ir ao encontro das mesmas, a Administração, tem vindo a integrá-los, de forma permanente na gestão e nas atividades da empresa, percorrendo um caminho que conduza à melhoria contínua, compromisso que estabeleceu na sua Política de Gestão.

Enquadradas neste contexto destacam-se, em 2017, para além dos 4,9 MEuros de investimento, já descritos, outros investimentos e medidas operacionais, concretamente:

Medida operacional /Investimento

| | |
|------------------------------|--|
| Garantia de Qualidade | <p>Instalação, na ETA de Alandroal, como medida de precaução à ocorrência de picos de turvação, de dois filtros de areia;</p> <p>Preparação da conduta do sistema de Monte Novo para auxílio ao sistema da Vigia, através de processo de lavagem por Air Scouring;</p> <p>Melhoria do sistema de cloragem ao break-point para remoção do azoto amoniacal, quando existente em elevadas concentrações na água captada na ETA de Monte Novo;</p> <p>Melhoria no tratamento da ETA da Arrochela, com instalação de sistema de doseamento de carvão ativado e desinfecção final na cisterna de água tratada;</p> <p>Conclusão dos trabalhos de remoção de lamas e areias da primeira lagoa da ETAR de Nisa;</p> <p>Reabilitação dos leitos de secagem da ETAR de Martinho tendo em conta a significativa degradação do meio de enchimento;</p> <p>Reabilitação e alteração dos braços distribuidores do leito percolador da ETAR de Santo António das Areias, de modo a melhorar o processo de tratamento;</p> <p>Reabilitação dos leitos de secagem na ETAR de Arronches, com colocação de meio de enchimento adequado e substituição dos drenos;</p> <p>Instalação de tamisador no canal de recurso da obra de entrada da ETAR de Elvas; Na ETAR de Oriola procedeu-se à implementação das alterações necessárias no tratamento para iniciar o funcionamento da desinfecção. Foi igualmente implementada uma solução de recurso para desidratação de lamas, com a criação uma zona devidamente impermeabilizada para implementação de um geotubo;</p> <p>Limpeza da lagoa anaeróbia da ETAR de Guadalupe e das lagoas anaeróbia e facultativa da ETAR de Boa Fé;</p> <p>Adaptação dos leitos de secagem da ETAR de Nossa Senhora de Machede, com grelha de enrelvamento para limpeza mais eficaz;</p> <p>Remodelação da ETAR Figueira de Castelo Rodrigo, Meda e Vila Franca da Beira.</p> |
|------------------------------|--|

Medida operacional /Investimento

| | |
|-------------------------------|--|
| Garantia da Capacidade | <p>Realização dos trabalhos que permitiram a ligação direta da conduta da Associação de Beneficiários da Obra da Vigia a uma das condutas elevatórias de água para tratamento na ETA da Vigia. A intervenção assegurou a transferência direta de água da Albufeira de Alqueva para a ETA da Vigia, alterando assim a origem de água a tratar;</p> <p>Colocação em funcionamento de jangada de emergência no açude de Ponte de Juncais, de forma a garantir o abastecimento público à população servida pelo Subsistema de Ponte de Juncais;</p> <p>Operacionalização do ponto de fornecimento de água no sistema de adução de água do Caia para efeitos de transporte de água em situações de emergência;</p> <p>Mitigação dos efeitos da seca, de acordo com plano de contingência, com libertação de caudal na albufeira do Caldeirão para reforço das captações de Santo António do Rio / Celorico da Beira e Ponte de Juncais/Fornos de Algodres;</p> <p>Operacionalização do ponto de fornecimento de água no sistema de adução da Senhora do Desterro, para efeitos de transporte de água em situações de emergência para o Município de Oliveira do Hospital;</p> <p>Colocação em funcionamento da conduta adutora km 88 para o reservatório da Carragosela, auxiliando a diminuição do valor das perdas no Sistema da Senhora do Desterro;</p> <p>Substituição de diversos troços de conduta para otimização dos sistemas de adução na Beira Alta (Lobatos (Subsistema Caldeirão), Soito, Sortelha, Vale Sr.^a da Póvoa, (Subsistema Sabugal), Telhado, Alcaria e Alcaide, (Subsistema Capinha), Vermiosa (Subsistema Sabugal/Sta. Maria de Aguiar);</p> <p>Conclusão do projeto GestAqua pertencente ao programa Adapt, cujo objetivo foi o desenvolvimento e implementação de estratégias de adaptação às alterações climáticas no setor dos recursos hídricos, tendo como casos de estudo as albufeiras de Monte Novo e Vigia, localizadas no Alentejo;</p> <p>Arranque da ETAR de Vale do Arco/Monte Novo, que permitiu servir as localidades de Vale do Arco, no concelho de Ponte de Sor, e a localidade de Monte Novo, no concelho do Gavião;</p> <p>Limpeza calendarizada das lamas da lagoa anaeróbia da ETAR de Avis durante o ano, contribuindo para o aumento da sua capacidade de tratamento.</p> |
|-------------------------------|--|

| Medida operacional /Investimento | |
|--|--|
| Garantia da Fiabilidade e Segurança | <p>Arranque da ETAR de Proença-a-Nova, que foi alvo de remodelação com aumento do nível de tratamento para remoção de nutrientes, para cumprimento dos requisitos legais de descarga no meio recetor, classificado como zona sensível.</p> <p>Conceção e implementação do plano de contingência “Reservas de Água em origens subterrâneas e superficiais – Beira Alta”;</p> <p>Conceção e implementação do plano de contingência “Reserva de água insuficiente em origem de água superficial, Albufeira da Vigia, Alentejo”;</p> <p>Substituição das bombas de elevação da EE de Nisa e início dos trabalhos de aumento de potência do fornecimento energético;</p> <p>Integração da ETAR de Portalegre no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE). Procedeu-se ainda à reabilitação da unidade de receção de limpa-fossas, e construiu-se o parque de resíduos;</p> <p>Requalificação da ETAR da Vendinha que incluiu o corte de macrófitas, desobstrução total de todas as tubagens/drenos e limpeza profunda de todas as caixas;</p> <p>Levantamento aprofundado e pormenorizado com criação de matriz de levantamento das condições de todas as caixas dos emissários de Évora;</p> <p>Criação de instruções de trabalho sobre pontos de recolha e técnicas de amostragem para as ETAR de São Vicente de Valongo e Vendinha;</p> <p>Limpeza da ribeira de Vale de Açor, desmatização dos taludes e remoção de detritos acumulados na linha e água, numa extensão de cerca de 1 500 m, contribuindo para a melhoria da qualidade de água no ribeiro, assim como o escoamento adequado;</p> <p>Limpeza da ribeira de Fronteira, desmatização dos taludes e remoção de detritos acumulados na linha e água, numa extensão de cerca de 150 m, contribuindo a melhoria da qualidade de água no ribeiro, assim como o escoamento adequado;</p> <p>Internalização da operação das estações elevatórias e da ETAR de Castelo Branco.</p> |

| Medida operacional /Investimento | |
|---|---|
| Sustentabilidade e Inovação | <p>Integração da ETAR de Portalegre no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE). Procedeu-se ainda à reabilitação da unidade de receção de limpa-fossas, e construiu-se o parque de resíduos;</p> <p>Utilização de águas residuais tratadas para rega de vinhas;</p> <p>Alteração de processo de operação na ETAR Valhelhas, para apenas uma vala de oxidação, com vista ao aumento da eficiência energética dadas as condições de afluências verificadas;</p> |

Relativamente à solidez da empresa, em termos económico-financeiros, do seu governo e sustentabilidade, a AdVT elabora e disponibiliza, na sua página da internet (www.advt.pt) o seu Relatório e Contas, que no caso do exercício de 2017 foi auditado pela Ernst & Young – Audit & Associados, SROC, SA e aprovado, em assembleia-geral, pelos acionistas e o Relatório de Governo Societário, relativo ao mesmo ano.

Por forma a melhorar, continuamente, a confiança na qualidade do produto e na organização, valorizar a respetiva imagem e fomentar o uso, do recurso, de forma sustentável, a AdVT promoveu, em 2017, um conjunto de iniciativas vocacionadas para alguns grupos de Partes Interessadas.

Para ir ao encontro das expectativas das partes interessadas, para além de medidas transversais, a AdVT recorre a ações específicas, definidas tendo em conta o Grupo, ou grupos a que se destinam.

CLIENTES

No que se refere aos clientes, no ano de tendo em conta todo o processo de reestruturação do setor e concretamente em 2017, a cisão da AdLVT, foi necessário manter o foco na gestão da reorganização das empresas pelo que não foram efetuados inquéritos, já que os resultados poderiam, de certa forma, desfocar do essencial. Optou-se por priorizar outras componentes críticas, da satisfação de Clientes, com especial relevo no que toca à Gestão de Reclamações, tendo sido adotada uma metodologia que define, sistematiza e gere, de forma integrada, as reclamações da AdVT permitindo dispor de um sistema de tratamento de reclamações global (Ver PR5).

Anualmente, os resultados das reclamações recebidas pela ERSAR, em número e por assunto são também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

ACIONISTAS E GRUPO AdP

A AdVT promove um relacionamento, estreito, com estes grupos de partes Interessadas através da participação em Assembleias-Generais e outras reuniões e do envio, periódico, de informação complementar

CONCEDENTE, GOVERNO, ORGANISMOS PÚBLICOS E REGULAÇÃO

Nos termos dos estatutos da ERSAR, compete à entidade reguladora exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento público de água, promovendo a melhoria da sua qualidade e universalidade, avaliando o desempenho dessas entidades.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho e do Decreto-Lei n.º 23/2016, de 3 de junho, as Entidades Gestoras devem elaborar e submeter anualmente para aprovação da ERSAR o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) cabendo àquela Entidade Reguladora efetuar ações de fiscalização à respetiva implementação.

No cumprimento da legislação vigente, as Entidades Gestoras implementam o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às respetivas competentes.

O PCQA de 2017 da AdVT foi aprovado, pela ERSAR, em 29 de dezembro de 2016.

Em dezembro de 2017 foi publicado e divulgado o Volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano referenciados a 31 de dezembro de 2016.

A Águas do Vale do Tejo está também sujeita à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, nos termos e para efeitos do disposto na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água) cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras, emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

Para cobertura dos seus encargos, a APA tem vindo a cobrar a Taxa de Recursos Hídricos (TRH), prevista no regime económico e financeiro dos recursos hídricos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de junho.

No apuramento da TRH para 2017 de acordo com o n.º 2 do artigo 5º-A da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro (Fiscalidade Verde), foi definido um limite para o volume de água não faturada em "alta" de 5% e em "baixa" de 20%, sendo eventuais valores superiores a estes volumes suportados pelas entidades gestoras como incentivo à redução de perdas.

O controlo da qualidade da água no sistema de saneamento de AdVT é assegurado, maioritariamente através da execução do Plano de Controlo da Qualidade da Água Residual no Sistema de Saneamento de AdVT (PCQAR-AdVT).

O PCQAR-AdVT compreende o controlo definido nas licenças de descarga das ETAR, o controlo dos meios recetores, o controlo de águas reutilizadas, o controlo de lamas, biogás e emissões gasosas e o controlo operacional das instalações de tratamento dos sistemas de saneamento de AdVT.

Num trabalho de cooperação com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), a AdVT participou na elaboração do manual de "Boas Práticas de Resiliência de Infraestruturas Críticas no Setor Privado e Sector Empresarial do Estado", desenvolvido no âmbito do trabalho realizado na Plataforma Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes e que tem como objetivo promover as boas práticas para a redução do risco e aumento da resiliência das infraestruturas críticas nos referidos setores.

Ainda em colaboração com a mesma entidade foi divulgada a iniciativa "A Terra Treme", para assinalar o Dia Internacional para a Redução de Catástrofes, com o objetivo de sensibilizar para o risco sísmico e para os comportamentos a adotar antes, durante e depois de um sismo.

COMUNIDADE

A AdVT tem promovido junto da Comunidade da sua área de intervenção e, frequentemente, em parceria com entidades locais, ações de Educação Ambiental, que contam com o envolvimento direto de milhares de crianças e jovens, pertencentes a vários municípios.

- Promoção de uma campanha de sensibilização ambiental em 6 praias fluviais, todas elas galardoadas com Bandeira Azul, da área de atuação da AdVT, concretamente, Valhelhas, na Guarda, em Seia, na Praia Fluvial de Loriga e em Oliveira do Hospital, na Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas. Estas ações destinaram-se ao público infantojuvenil, com o objetivo de sensibilização para a gestão do Ciclo Urbano da Água. Em cada praia foram realizadas duas sessões, uma às 10h30 e outra às 15h30;
- Organização de uma Visita aos Esgotos de Lisboa, com início no Terreiro do Paço, passagem pela Estação Elevatória das Agências, pelo Caneiro de Alcântara e pela ETAR de Alcântara. Um percurso que começou com água residual e terminou com a água tratada, mesmo antes de ser devolvida ao rio Tejo;
- A EPAL associou-se, ao longo do ano, à comemoração de várias efemérides, tais como Dia Mundial do Ambiente, Dia Internacional da Biodiversidade, do Dia Mundial das Zonas Húmidas e do Dia Mundial da Terra, Dia Mundial e Nacional da Água, Dia Mundial da Energia, Dia Mundial da Criança, Dia internacional dos Monumentos e Sítios, Dia internacional dos Museus, entre outros, sempre com o objetivo máximo de sensibilizar a comunidade;
- A exposição "Água para Todos", que esteve patente nas escolas pretende sensibilizar os alunos para temas como: Água essencial à vida, o Ciclo da água, as propriedades da água, como a Água chega às nossas casas, a Poluição e a Água e Sustentabilidade, contou com o apoio institucional da UNESCO Portugal;
- A exposição itinerante de fotografia "Aquedutos de Portugal" foi vista, em 2017, por mais de 30 000 pessoas em Braga, Covilhã, Pinhel, Moura, Madeira, Vila de Rei, Fráguas (França) e na Argélia);
- Deu-se continuidade ao Programa Eco-Escolas, nomeadamente a sensibilização ambiental nas praias que envolveram centenas de jovens. No exterior da ETAR de Évora, com a colaboração dos trabalhadores da Águas do Vale do Tejo e dos Bombeiros de Évora, os jovens envolvidos decoraram uma árvore, com cerca de oito metros de altura. A formação realizada pela Direção de Comunicação e Educação Ambiental em parceria com o Centro de Formação de Associação de Escolas Centro Oeste e integrada no programa do Ministério da Educação dos Tutores de Energia nas Eco-Escolas contou com a presença de cerca de duas dezenas de professores e abordou a temática da utilização racional da água enquanto recurso natural no âmbito da Educação Ambiental;
- Desenvolvimento da primeira fase do Projeto AX–Aqua eXperience, apoiado pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente. O Projeto visa a educação, sensibilização e ação para a eficiência hídrica e nexus água-energia, indutora de mudança de comportamentos dos utilizadores de água em meio urbano, em particular nos edifícios;
- 29ª Festa de Natal com as pessoas em situação de sem-abrigo;



- No âmbito do Programa “Ambiente em Movimento 2017”, a EPAL associou-se ao Município de Celorico da Beira nas comemorações do Dia Mundial da Terra. Na atividade lúdico-pedagógica promovida pela EPAL, estiveram presentes cerca de 250 crianças do 1.º ciclo do ensino básico que jogaram o Twister da Água, testando conhecimentos sobre o tema e apreendendo regras de como podemos poupar água e cuidar dos ecossistemas ribeirinhos.

Organizações Não-governamentais (ONG)

- Trabalhadores plantam árvores autóctones na ETAR do Seixal - No âmbito do Dia Mundial da Árvore, mais de 20 trabalhadores do Polo da Península, plantaram cerca de uma centena de pinheiros mansos, sobreiros e medronheiros na ETAR do Seixal. A iniciativa contou com o apoio da Quercus;
- Em 2017 a AdVT voltou a participar no Projeto *Girl MOVE*, desenvolvido pela Fundação, com o mesmo nome, que tem como missão a criação de um movimento de vida, de apoio e capacitação no feminino através da sua educação e da criação de redes humanas de entreajuda e cooperação entre pares, inter-geracional e internacional. Objetiva, assim, promover a educação e formação de jovens raparigas moçambicanas potenciando a sua ação enquanto agentes de mudança.



Nesse sentido recebemos, uma *Girl MOVER* que veio a Portugal realizar o seu “Estágio de Vida” e durante o qual lhe foi proporcionado o contacto com as várias áreas da empresa e a visita a infraestruturas..

MEDIA

Foram publicadas 517 notícias sobre a AdVT, assim distribuídas:

- 200 Imprensa escrita;
- 305 Meio digital;
- 7 Televisão;
- 5 Rádio.



4.5. I&D, INOVAÇÃO e ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

A Águas do Vale do Tejo, tendo gestão delegada na EPAL, integrou ativamente os projetos desenvolvidos transversalmente e concomitantemente manteve a sua própria identidade inovadora, mantendo o desenvolvimento, coordenação e promoção de projetos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) com entidades externas nacionais e internacionais.

Assim, a sua participação em projetos de I&D teve especial enfoque nos relacionados com novas tecnologias de tratamento de água e águas residuais, otimização da gestão operacional, uso sustentável da água, integração de novos sistemas de informação e implementação de sistemas inovadores de apoio à decisão.

Para alcançar tais objetivos, a I&D aposta no envolvimento de todos os trabalhadores como potencial génese de criação de inovação, através da geração de ideias que posteriormente são analisadas e capitalizadas em benefício da eficácia e eficiência das Águas do Vale

do Tejo. Na componente de projetos de investigação, mantiveram-se em desenvolvimento os Projetos LIFE IMPETUS, ARTICA, LIFE SWSS, RESCCUE e Interreg IDIAQUA:

- Projeto Europeu LIFE IMPETUS, com a referência LIFE14 ENV/PT/000379: “Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants”. Este projeto tem como participante a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., através da sua Direção Laboratórios e de Controlo de Qualidade da Água. Os outros beneficiários deste projeto europeu são as seguintes entidades: Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que coordena o projeto, Águas do Algarve, S.A., Environment and Regional Development Consulting, Lda. (EHS), Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL), Universidade do Algarve (UAAlg). Este projeto tem a duração de 4 anos e iniciou-se em 2014.



- Projeto Europeu ARTICA

A candidatura do projeto “A multivariable advanced control product for sustainable performance of nutrient removal urban WWTPs (ARTICA)”, para demonstração da aplicação da tecnologia ARTICA na ETAR de Chelas, ao programa de financiamento *Eco-Innovation* foi aprovada, tendo-se dado início à realização do projeto (<http://www.artica4nr.eu/>).



O projeto ARTICA tem como objetivo a demonstração da aplicação de um controlador inteligente para ETAR de lamas ativadas com remoção de azoto, tendo em vista a otimização em tempo real da recirculação de lamas, nitratos e caudal de ar de processo, para respetiva redução de custos energéticos.

Prevê-se igualmente a demonstração da solução na ETAR de Castelo Branco, tendo-se iniciado em 2015 os trabalhos relacionados com diagnóstico e especificações locais da instalação.

- Projeto Europeu LIFE SWSS

Projeto Europeu LIFE (SWSS) com a referência LIFE14 ENV/PT/000508, “Smart Water Supply Systems”. LIFE SWSS - *Smart Water Supply Systems* é a designação do projeto de I&D que tem por principal objetivo a criação de uma plataforma de apoio à decisão e gestão operacional das entidades gestoras tendo em vista diminuir o consumo de energia e consequentemente as emissões de gases com efeito de estufa.



O projeto LIFE SWSS conta com os seguintes parceiros, ISQ (coordenador), AdP, Hidromod, AdA e EPAL. Quando o projeto foi submetido à União Europeia em 2014, as empresas Ex-Águas do Oeste e Ex-Águas do Centro integraram o consórcio da candidatura.

- Projeto Europeu RESCCUE

(H2020): RESCCUE tem como objetivo o desenvolvimento de ferramentas que visam o aumento de resiliência, capacidade de planeamento e otimização da gestão nas cidades em cenários de fenómenos climáticos extremos.



■ Projeto Interreg IDIAQUA



O IDIAQUA tem como objetivo a potenciação da investigação, inovação e desenvolvimento na temáticas do tratamento de águas residuais em pequenos aglomerados populacionais urbanos, através da aplicação de tecnologias sustentáveis que permitam reduzir os consumos energéticos das ETAR, bem como a quantidade de tratamento secundário, do desenvolvimento de melhorias nos sistemas de tratamento de águas residuais – leitos de macrófitas – associados à reutilização da água e a tratamentos de baixo custo de microcontaminantes, do desenvolvimento e aplicação de sistemas modelados de controlo e otimização da operação em ETAR, como o objetivo de aumentar a previsibilidade dos sistemas e como ferramenta para a tomada de decisão e da adoção de sistemas solares inovadores e de baixo custo para a secagem de lamas, mediante a utilização de materiais ecológicos.

Ao nível das instalações da AdVT, foram consideradas as seguintes instalações:

- ETAR de Meimão;
- ETAR de Vila Fernando;
- ETAR da Malcata.

O projeto arrancou em novembro de 2017 e deverá ter o seu término em 2019.

No ano de 2017 realizou-se a 5.ª edição do Prémio EPAL in, concurso de inovação que pretende ser catalisador do envolvimento dos colaboradores da EPAL. Na presente edição foram apresentadas 7 candidaturas, revelando uma participação ativa do capital humano da EPAL neste processo. Como valorização da apresentação dos projetos, foi atribuído o prémio vencedor a dois projetos em ex aequo, bem como atribuídas 2 menções honrosas. Realça-se a transversalidade dos projetos ao nível das áreas funcionais, bem como o potencial dos projetos para a criação de novos produtos e serviços.

Na componente de Desenvolvimento, a AdVT deu continuidade à cooperação contínua com a comunidade científica, na procura de parcerias com centros de conhecimento, desde os níveis académicos base, representados por estabelecimentos de ensino técnico e profissional, até aos de excelência, representados pelas Universidades e Centros de Investigação.

4.6 OPORTUNIDADES

A AdVT considera fundamental a identificação, planeamento e gestão dos principais aspetos materiais, da sua atividade tendo em atenção os “Sustainability Topics for Sectors: What do stakeholders want to know?” (GRI, 2014). Na tabela, abaixo, são apresentados e sistematizados de acordo com os eixos da sustentabilidade.

| Aspetos materiais - Eixo Ambiental | |
|--|---|
| Eficiência Energética Operativa | <ul style="list-style-type: none"> • Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001. • As 16 instalações consumidoras intensivas de Energia têm implementados Planos de Racionalização Energética. • Projeto ARTICA. • Projeto LIFE Smart Water Supply Systems (SWSS); • O Fundo de Eficiência Energética (FEE), um instrumento financeiro do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE), lançou um concurso no qual a EPAL viu aprovadas 32 candidaturas, 5 das quais relativas a instalações da EPAL e, no âmbito da gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, conseguiu aprovação de 27 candidaturas, ilustrando bem a aposta que a empresa faz na promoção da boa gestão das operações nas áreas do interior do país, contribuindo assim para uma maior integração territorial. No total o apoio do FEE será de 72 000 EUR. • Os referidos projetos fazem parte integrante do Plano de Eficiência e Produção Energética (PEPE) do Grupo Águas de Portugal e resultam da identificação de oportunidades de melhoria de desempenho energético, identificadas pelas equipas de operação e manutenção, em diversas ETA e ETAR. |
| Impacto Sobre as Origens | <ul style="list-style-type: none"> • Está em desenvolvimento um Plano de Segurança da Água (PSA). • É captada água em diferentes origens, existindo, nalguns casos, possibilidade de abastecimento de um mesmo sistema, a partir de mais do que uma origem. |
| Disponibilidade de Recursos Hídricos | <ul style="list-style-type: none"> • Existem contratos de concessão para a exploração das captações superficiais com o estado português. • Existem captações subterrâneas licenciadas. |
| Poluentes Aquáticos | <ul style="list-style-type: none"> • Projeto IMPETUS–“Improving current barriers for controlling pharmaceutical compounds in urban wastewater treatment plants”. • Projeto Interreg IDIAQUA. |
| Reutilização da água residual tratada | <ul style="list-style-type: none"> • Autoconsumo em rega e lavagens de pavimentos e equipamentos,/órgãos de tratamento e na preparação de floculantes. |
| Emissões Atmosféricas | <ul style="list-style-type: none"> • Projeto LIFE Smart Water Supply Systems (SWSS). |
| Tratamento de Lamas | <ul style="list-style-type: none"> • Projeto ARTICA. |
| Aspetos materiais - Eixo Social | |
| Acesso aos Recursos Hídricos | <ul style="list-style-type: none"> • Conclusão de sistemas de abastecimento de água, a reabilitação de diversos reservatórios, de forma a assegurar o seu adequado estado de conservação e funcionamento, com efetiva redução de perdas e melhoria da qualidade do serviço. |
| Acesso ao Tratamento da Água Residual | <ul style="list-style-type: none"> • Início do Funcionamento da ETAR do Entroncamento e Construção do completamento do sistema de águas residuais do Entroncamento. • Conceção e construção da ampliação e remodelação da ETAR da Sertã. • Início de funcionamento da ETAR de Amieira e Alqueva. • Assinaturas dos contratos de conceção e construção da ETAR de Canha, da empreitada de beneficiação da ETAR de Oliveira do Hospital, e das empreitadas das ETAR de S. Vicente e Barbacena, em Elvas. |
| Qualidade do Produto Água para Consumo Humano | <ul style="list-style-type: none"> • Plano de Controlo de Qualidade da Água (PCQA). • Obtenção de Selo de Qualidade Exemplar de Água para Consumo Humano, (ERSAR) que visa distinguir e divulgar as boas práticas na prestação dos serviços de abastecimento público de águas e saneamento de águas residuais urbanas. |

| | |
|---|---|
| Qualidade do Produto Água Residual Tratada/Reutilizada | <ul style="list-style-type: none">• Plano de Controlo da Qualidade da Água Residual Tratada.• Plano de Controlo da Águas residual tratada, para reutilização, de acordo com a Licença de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais. |
| Segurança do Produto Água para Consumo Humano | <ul style="list-style-type: none">• Projeto IMPETUS.• Avaliação e gestão de riscos para o controlo da qualidade da água potável através de Planos de Segurança da Água. |
| Corrupção | <ul style="list-style-type: none">• Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.• Declaração de conflito de Interesses. |
| Aspetos materiais - Eixo Económico | |
| Perdas de Água | <ul style="list-style-type: none">• Perdas reais de água associadas a uma qualidade de serviço classificada como “Boa”. |

De acordo com o que já foi comunicado, anteriormente, estes e outros aspetos serão tidos em conta na Análise Formal de Materialidade do negócio da AdVT.

Nos próximos anos é expectável que, devido aos processos de reorganização que se encontram a decorrer no setor, os desafios colocados à AdVT, para além de terem continuidade, apresentem desenvolvimentos. Desta forma, tendo em conta que mudanças são sinónimo de inúmeras oportunidades de melhoria, é previsível a obtenção de progressos ao nível da competência tecnológica e capacidade de Inovação, possibilitando processos mais eficientes, conducentes à Criação de Valor.

[esta página está intencionalmente em branco]



5. Desempenho e Abordagem Da Gestão

5.1 INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO

Valor económico direto gerado e distribuído (ECI)

| ECI Valor económico direto gerado e distribuído | | | |
|---|--------------------|--------------------|-------------------|
| | 2015 | 2016 | 2017 |
| | unid.: EUR | | |
| VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO | | | |
| a) Proveitos | 173 002 509 | 177 525 678 | 82 328 433 |
| Vendas Líquidas | 157 763 713 | 167 895 183 | 74 541 117 |
| Juros Obtidos | 15 179 376 | 9 570 151 | 7 783 319 |
| Proveitos de Venda de Ativos | 59 420 | 60 344 | 3 997 |
| VALOR ECONÓMICO DISTRIBUÍDO | | | |
| b) Custos Exploração | 90 735 939 | 93 802 207 | 49 990 989 |
| Custo de Merc.Vendas e Mat.Consumidas | 15 654 402 | 19 244 896 | 18 505 160 |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 75 081 537 | 74 557 310 | 31 485 829 |
| c) Remunerações dos colaboradores | 6 993 567 | 0 | 0 |
| Remunerações pagas aos trabalhadores | 6 993 567 | 0 | 0 |
| d) Pagamentos a provedores de capital | 28 555 792 | 23 271 753 | 11 120 103 |
| Dividendos Pagos | 3 196 231 | 0 | 0 |
| Juros Pagos | 25 359 561 | 23 271 753 | 11 120 103 |
| e) Pagamentos aos poderes públicos | 1 142 154 | 776 728 | 5 659 230 |
| IRC pago | 1 012 124 | 605 805 | 5 579 243 |
| Imposto Selo pago | 19 140 | 131 162 | 75 133 |
| IMI pago | 110 890 | 39 761 | 4 854 |
| f) Donativos | 37 509 | 33 189 | 7 500 |

NOTA PRÉVIA

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, foi realizada a reversão das agregações que deu origem à "Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.", tendo determinado a cisão desta entidade, com efeitos a 1 de janeiro de 2017 e dando origem à constituição de duas novas empresas e à redenominação da anteriormente existente.

Apresenta-se, apenas para efeitos indicativos a comparação com os anos de 2015 e 2016, sendo que os valores de referência apresentados para estes anos correspondem às contas da empresa agregada Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.

a) Proveitos

- As Vendas Líquidas ascenderam a 74,5 MEur, valor que reflete os rendimentos relativos à venda de água e à prestação de serviços de saneamento. Este valor não engloba os dos efeitos do reconhecimento dos Rendimentos da Construção de Ativos Concessionados e do Desvio de recuperação de gastos;
- Comparativamente com o ano de 2016, as Vendas Líquidas registam uma redução 93,4 MEur (55,6%). Esta redução é ex-

plicada pelo processo de cisão, que resultou na constituição de duas empresas com apenas a atividade de saneamento, que faziam parte, até 01.01.2017 do universo agregado da AdLVT;

- Os juros obtidos ascenderam a 7,8 MEur e respeitam essencialmente (82%) a juros de mora por atrasos no pagamento por parte dos clientes utilizadores. Decorrem também de aplicações financeiras subjacentes aos Fundos de Reconstituição de Capital Social (10%). Em termos de variação, face a 2016, é de registar a redução dos valores das aplicações financeiras (60%), em virtude do processo de cisão e da continuada mobilização das aplicações em função do seu vencimento.

b) Custos de Exploração

- Os Custos de Exploração cifram-se em 50,0 MEur, ou seja um decréscimo de 46,7% face a 2016. Esta redução decorre, quase essencialmente do já referido processo de cisão;
- A rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas totaliza 18,5 MEur, decompondo-se, no fundamental, em: aquisição de água (15,2 MEur) e aquisição de reagentes (2,7 MEur). Em termos de variação, verificou-se uma redução de 0,7 MEur (-3,8%) face ao valor a 2016;
- Os Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), incluem o efeito dos gastos com a gestão delegada por parte da EPAL, registados como subcontratos. Excluindo esse efeito o valor ascende a 22,4 MEur. Destacam-se as rubricas de:
 - Energia, que registou o valor de 8,6 MEur e que representa, cerca de, 39%;
 - Trabalhos Especializados, que registaram o valor de 4,6 MEur e que representa, cerca de, 21%;
 - Conservação e Manutenção (inclui ferramentas e outros utensílios), que registou o valor de 4,5 MEur e que representa, cerca de, 20%.

c) Remunerações pagas aos colaboradores

Nos termos da gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, a EPAL assumiu a posição contratual da sociedade LVT nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, ou seja, todos os trabalhadores da sociedade AdVT integram a estrutura orgânica da EPAL.

d) Pagamentos a provedores de capital

- Em 2017, não ocorreram pagamentos de dividendos aos acionistas;
- Os juros pagos a financiadores externos ascenderam a 11,1 MEur, registando uma substancial redução (52%) face a 2016. Mais uma vez é, sobretudo, o processo de cisão a razão que explica esta variação. Paralelamente, mas com menos expressão, registou-se em 2017, menos encargos com o serviço da dívida, explicado pela renegociação da mesma, assente no médio e longo prazo e sempre que possível com recurso ao acionista AdP SGPS.

e) Pagamentos de impostos

- No pagamento de impostos destaca-se o pagamento do imposto sobre o rendimento (IRC) no valor de 5,6 MEur. Este valor constitui, também, pagamentos relativos às empresas cindidas, mas cujo acerto será efetuado para a AdVT. Por sua vez, o imposto de selo incidiu, fundamentalmente, sobre os empréstimos à banca comercial uma vez que o BEI está isento de pagamento deste imposto.

Alterações climáticas - implicações financeiras e outros riscos e oportunidades (EC2)

PEAAC –Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas

Em 2016 o Grupo Águas de Portugal (AdP) iniciou a elaboração do Plano Estratégico de Adaptação às Alterações Climáticas, visando a “definição de uma estratégia de adaptação a curto, médio e longo prazo cuja implementação permita reduzir as vulnerabilidades das atividades das empresas às alterações climáticas e aos eventos extremos e incrementar a resiliência e capacidade de resposta dos sistemas a essas alterações e a esses eventos.”

Em 2017 foi concluída a Fase I, que foi desenvolvida ao nível corporativo com a participação e acompanhamento das empresas participadas, tendo a AdVT participado como membro do Grupo de Coordenação. O trabalho da Fase I consistiu no levantamento preliminar de vulnerabilidades dos diversos sistemas de todas as empresas do Grupo AdP, no qual se incluí a AdVT.

Ainda em 2017 e no seguimento da conclusão da Fase I, iniciou-se a Fase 2, consistindo no desenvolvimento dos Planos Estratégicos de Adaptação às Alterações Climáticas, específicos de cada empresa. Assim a AdVT iniciou um trabalho de levantamento exaustivo de vulnerabilidades aos efeitos das alterações climáticas e a consequente definição de medidas de adaptação para o curto, médio e longo prazo. O PEAAC em desenvolvimento será elaborado em três edições distintas, nomeadamente, Alentejo, Beiras e Oeste.

Planos de Contingência para a Seca

Paralelamente, ao já referido PEAAC, a situação de seca vivida no ano hidrológico 2017-2018 obrigou ao estabelecimento de medidas de contingência para a seca, cuja implementação permitiu fazer face às situações de risco emergentes, sem que tenha chegado a ocorrer falha no abastecimento de água às populações. As atividades inerentes à execução destas medidas de contingência foram um importante contributo para o PEAAC, proporcionando um conhecimento atualizado e pormenorizado sobre os problemas concretos a resolver no curto prazo, no que concerne aos efeitos das alterações climáticas, bem como para o desenho de medidas de médio e longo prazo, a incorporar naquele plano de índole estratégica.

Cobertura das obrigações do Plano de Pensões de benefício definido oferecido pela LUT (EC3)

Atendendo que a AdVT não dispõe de nenhum trabalhador no seu quadro de pessoal, não existem obrigações do plano de Pensões a referir.

Ajuda financeira significativa recebida do governo (EC4)

Para informação sobre este tópico, consultar relatório e Contas LVT 2017.

Salários pagos comparados com o salário mínimo nacional (EC5)

Em 2017 o salário mais baixo pago pela EPAL a trabalhadores que prestam serviço na AdVT foi de 557,0 Euros. Apenas oito dos 360 trabalhadores receberam esta remuneração.

Contratação local (EC6)

Durante o ano de 2017, ocorreu 1 admissão decorrente de integração de trabalhador temporário, 1 admissão por cessação da posição contratual e 5 reingressos de trabalhadores com contratos suspensos.

Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos para benefício público (EC7)

Em 2017 não foram identificados investimentos desta natureza.

Identificação e descrição de impactes económicos indiretos significativos (EC8)

A AdVT, no âmbito das suas atividades, tem vindo a realizar investimento, quer na criação de novas infraestruturas, quer na melhoria das existentes, tendo vindo a manter, desde 2015, a taxa de acessibilidade física ao serviço em 97%, para a atividade de Abastecimento. Na atividade de Saneamento a referida taxa viu o seu valor reduzido para 92%, no último ano, o que se deve à cisão ocorrida. Ao nível da qualidade do produto, a mesma tem vindo a ser reconhecida, sendo que em 2017 esteve na mesma linha dos anos anteriores, com taxas de cumprimento de 99,8% (-0,1%), para água para consumo humano. No que se refere às águas residuais rejeitadas, em 2017, 98% da população equivalente é servida por instalações de tratamento que asseguram o cumprimento da licença de descarga, quer em termos de parâmetros e periodicidade de monitorização, quer em termos do cumprimento dos limites de descarga, uma melhoria significativa, face aos anos anteriores.

A garantia da continuidade do serviço é, também, uma prioridade da organização, pelo que, para fazer face às carências de água tratada, em caso de avaria, em 2017 foi garantida uma capacidade de reserva de 1,1 dias, idêntica ao ano anterior, que revela ser suficiente para as necessidades.

No que se refere ao Prazo Médio de Pagamentos (PMP), a AdVT continua empenhada em atingir os 30 dias, no entanto em 2017 tal ainda não foi possível, ainda assim, verificou-se uma diminuição do PMP, de 87 para 79 dias (diminuição de 9%). De salientar que em 2015 o valor tinha sido de 102 dias. Esta redução resultou, essencialmente, do esforço feito pela empresa para recuperar os atrasos, sempre focado na manutenção do equilíbrio entre o prazo médio de recebimentos e pagamentos, de modo a não degradar a tesouraria da Empresa e a promover a estabilidade dos fornecedores.

A recuperação dá um contributo, significativo, para a melhoria da qualidade de vida das populações da área de intervenção, da organização estimulando a fixação de pessoas, a promoção da economia e outras situações com impacto económico, importante, na comunidade.

Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes (EC9)

O Grupo AdP dispõe de uma unidade da AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A., que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade. Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes.

De entre o universo das categorias contratadas é de destacar a energia elétrica, com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial, onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas, que têm produzido excelentes resultados ao nível da centralização de aquisições. Outra das categorias relevantes é a relativa à contratação da carteira de seguros do Grupo, adaptada à realidade e às necessidades de um conjunto muito vasto de empresas, com grande número de instalações e com riscos específicos decorrentes da sua atividade, que no contrato agregado são diluídos em resultado da diversificação operada. Neste campo, a solução agregada para a cobertura da responsabilidade ambiental constitui um bom exemplo das vantagens decorrentes da contratação centralizada.

Tendo em conta que a gestão da AdVT está delegada, da EPAL, o procedimento que regula a contratação de bens e serviços (PG-LG-001), existente na segunda é aplicado, pela primeira. É parte integrante do Sistema de Responsabilidade Empresarial e está inserido no processo Jurídico, que tem como objetivo definir a metodologia de cumprimento do estabelecido no Código de Contratação Pública e cujo âmbito de aplicação versa sobre todas as propostas de aquisição e locação de bens móveis, serviços e empreitadas.

No ano em análise, 99,9% da totalidade dos gastos com fornecedores ocorreram para fornecedores de âmbito nacional.

Na tabela, abaixo, é apresentada a lista de fornecedores com transações com a AdVT, que representaram mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos, superiores a 1 milhão de euros, em 2017.

| Valor (euros) | Entidade |
|---------------|------------------------------------|
| 31 973 785 | EPAL-EMPRESA PORT ÁGUAS LIVRES, SA |
| 17 599 082 | ENDESA ENERGIA, SA |
| 6 225 949 | AGUAS PORTUGAL, SGPS, SA |
| 4 108 087 | AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE |
| 3 464 382 | IBERDROLA CLIENTES PORTUGAL |
| 1 815 129 | TERRAFERTIL |

5.2 INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL

MATERIAIS

Materiais usados (EN1)

Na atividade de Tratamento de Água para Consumo Humano e Tratamento de Águas Residuais os principais materiais usados, pela AdVT, são os produtos químicos, necessários durante o tratamento e ao longo do processo de transporte.

O consumo total de produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano e tratamento de águas residuais sofreu uma redução, muito significativo, no ano em análise. No caso da Água para Consumo Humano, o valor de 2017 foi de 11 372 ton o que corresponde a menos 38%, quando comparado com o ano anterior. Dado o reduzido histórico ainda não foi possível estabelecer valores de referência. No caso da atividade de saneamento, o valor de consumo de reagentes foi de 5 198 ton/ano uma redução de 77%, face a 2016. Esta situação está intimamente ligada à cisão ocorrida e que teve os efeitos nesta atividade, tornando os valores incomparáveis, relativamente aos anos anteriores.

No que se refere ao consumo de papel, a EPAL adquiriu papel a utilizar, também, no funcionamento da AdVT, pelo que não foi possível determinar o consumo, por empresa e o valor global foi reportado no âmbito do Relatório de Sustentabilidade, da EPAL.

Materiais usados provenientes de reciclagem (EN2)

No sentido de uma gestão cada vez mais responsável, a AdVT tem vindo continuamente a identificar os resíduos que produz por forma encaminhá-los para valorização ou reciclagem (indicador EN23). No caso das águas de processo provenientes das ETA e ETAR, a opção recai, sempre que possível, pela respetiva recuperação e reciclagem, conforme EN10. No que se refere aos materiais utilizados, que são, maioritariamente reagentes químicos, adicionados durante o tratamento para produção de água para consumo humano e tratamento de águas residuais, uma vez que é necessário que cumpram um conjunto, exigente, de especificações, relativamente à sua composição e pureza, a organização opta por utilizar materiais que não provenham de reciclagem.

ENERGIA

Em 2017 foram atingidos os objetivos definidos, neste âmbito, concretamente mantida a certificação do Sistema de Gestão da Energia, de acordo com a norma NP EN ISO 50001. Com a cisão a Infraestrutura ETAR da Guia, passou para a Águas do Tejo Atlântico, pelo que está previsto, em 2018 certificar novas infraestruturas pertencentes à AdVT.

O Fundo de Eficiência Energética (FEE), um instrumento financeiro do Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE), lançou um concurso no qual a EPAL viu aprovadas 32 candidaturas, 5 das quais relativas a instalações da EPAL e, no âmbito da gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, conseguiu aprovação de 27 candidaturas, ilustrando bem a aposta que a empresa faz na promoção da boa gestão das operações nas áreas do interior do país, contribuindo assim para uma maior integração territorial. No total o apoio do FEE será de 72 000 EUR.

Os referidos projetos fazem parte integrante do Plano de Eficiência e Produção Energética (PEPE) do Grupo Águas de Portugal e resultam da identificação de oportunidades de melhoria de desempenho energético, identificadas pelas equipas de operação e manutenção, em diversas ETA e ETAR.



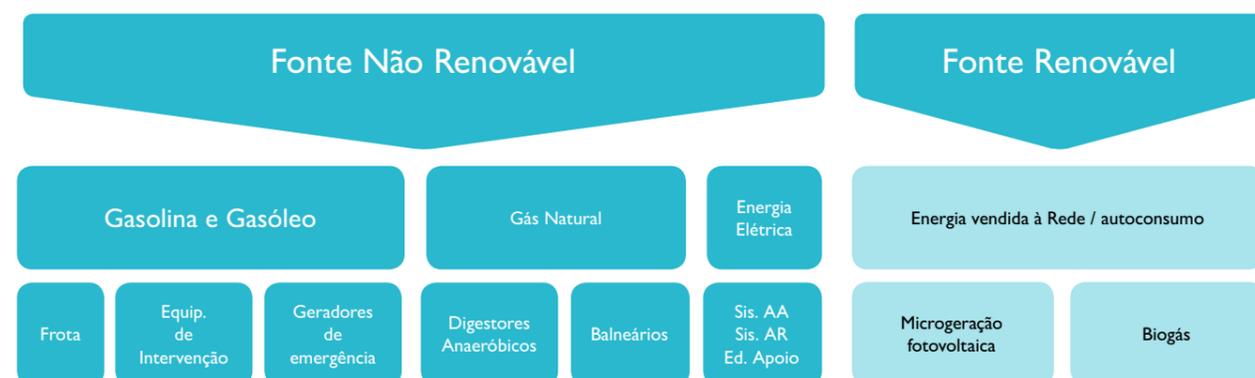
Ainda assim a AdVT mantém a utilização de várias formas de energia, concretamente, eletricidade, gasóleo, gasolina, propano e biogás, com a primeira a aparecer destacada com 89%, do consumo, uma vez que é utilizada, intensivamente, ao longo dos processos de captação, tratamento e transporte de água e recolha, tratamento e rejeição de efluentes. Para além do descrito, a eletricidade também é consumida nos serviços complementares da exploração e nos serviços de suporte e manutenção.

Uma análise aos resultados permitirá identificar uma redução, acentuada, nos consumos, em praticamente todas as formas de energia, o que se atribui à cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A., ocorrida durante 2017, sendo que no ano em análise, face ao ano anterior, não houve consumo de gás natural. No caso de apresentação de resultados, por atividade, a cisão apenas se fez sentir ao nível da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais

Origem da Energia

Em 2017 a AdVT manteve a utilização de várias formas de energia, conforme quadro abaixo, que identifica, para além do tipo de fonte e de energia, os locais de consumo.

Relativamente a fornecedores, a energia elétrica apresenta dois, a Endesa e a Iberdrola, ambos no Mercado Liberalizado. Os combustíveis, gasóleo e gasolina, utilizados em viaturas, equipamentos de intervenção na rede de distribuição e geradores de emergência, foram, na sua maioria adquiridos à Galp, ainda que pontualmente se possa ter recorrido, a outros fornecedores.



Consumo de energia direta, segmentado por fonte de energia primária (EN3)

No quadro, abaixo, estão apresentados, para a AdVT, os consumos, de combustíveis e energia elétrica, bem como a produção, por fonte de energia. De salientar que o valor apresentado para consumo de gasóleo e gasolina contempla, para além do consumo da frota, consumo de geradores de emergência e outros equipamentos utilizados na operação e manutenção das instalações operacionais e não operacionais.

| Forma de Energia | Quantidade | Conteúdo Energético (GJ) |
|-------------------------------------|------------|--------------------------|
| | 2017 | 2017 |
| Consumida | | |
| Gasóleo (L)* | 528 773 | 19 036 |
| Gasolina (L)* | 5 191 | 176 |
| Propano (kg) | 1 251 | 61 |
| Gás Natural (m ³) | - | - |
| Biogás (m ³) | 541 944 | 11 923 |
| Eletricidade adquirida (kWh) | 70 851 337 | 255 065 |
| Eletricidade para autoconsumo (kWh) | - | - |
| Vendida à rede | | |
| Eletricidade vendida (kWh) | 686 | 2 |
| Total de Energia Consumida (GJ) | | 286 261 |
| TOTAL de Energia Vendida (GJ) | | 2 |

* Valor contempla o consumo da frota, dos equipamentos móveis e dos equipamentos fixos;

** O valor tem em conta o consumo dos edifícios administrativos.

Em 2017, foram consumidos, pela AdVT 286 261 GJ e vendidos 2 GJ, com origem em energias renováveis, num contributo para a descentralização da produção de energia elétrica, com utilização de instalações para produção fotovoltaica em inúmeras instalações, bem como digestão anaeróbia (biogás).

Consumo de energia indireta, segmentado por fonte de energia primária (EN4)



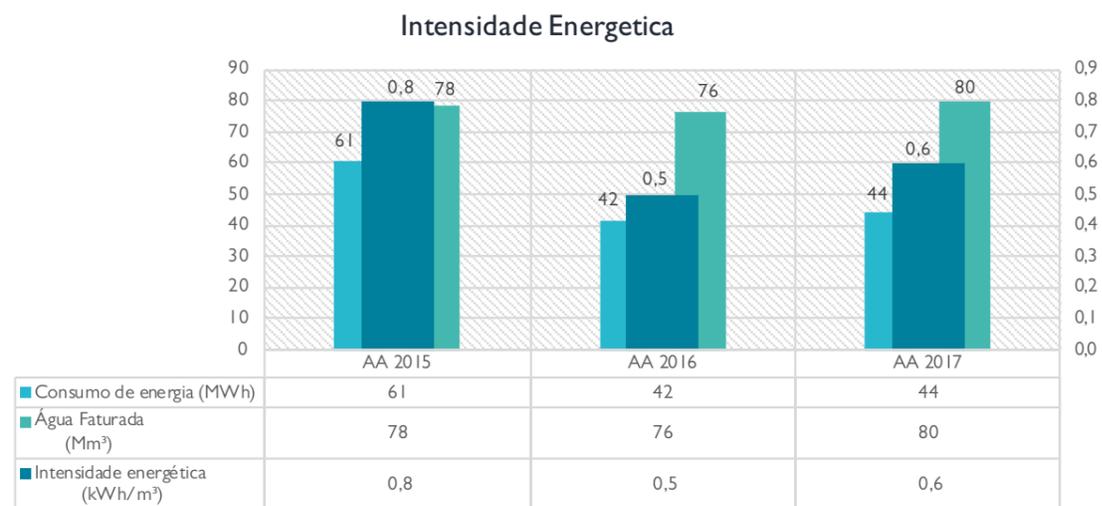
Relativamente a consumos de energia associados ao processo produtivo, da AdVT, mas que têm lugar fora das instalações da empresa, foi considerada relevante a energia consumida para transporte das lamas resultantes dos processos de tratamento de água para consumo humano e de águas residuais, desde as instalações, ETA e ETAR, respetivamente, até ao destino final, onde serão valorizadas. Foram, ainda, identificadas outras, concretamente o transporte de reagentes, o transporte de resíduos outros resíduos, atividades de manutenção e exploração em regime de *outsourcing*, execução de empreitadas e deslocação de trabalhadores, em viatura particular e em transportes coletivos, quer no trajeto local de residência/AdVT, quer para reuniões ou ações de formação em pontos distintos do país, dentro ou fora da área de intervenção da organização.

Tendo em conta todo o processo de reorganização em que a empresa esteve envolvida, em 2017, não foi possível proceder à respetiva determinação.

Intensidade energética (ENS)

A intensidade energética respeita ao consumo de energia, por unidade de produção, que, no caso da AdVT, é calculado em função do consumo de energia por atividade e o volume total de água faturada - no caso do abastecimento - e água residual faturada - para o saneamento.

Salienta-se que os valores de gasóleo, gasolina não foram considerados, uma vez que não são significativos.



Tendo em que os valores obtidos na atividade de saneamento não são comparáveis com os dos anos anteriores, só apresentamos, na figura, os resultados obtidos para a atividade de abastecimento. No ano em análise, a intensidade energética da AdVT na atividade de Águas Residuais foi de 0,8 kWh/m³.

Iniciativas para redução do consumo energético (EN6)

Ao longo de 2017 foi dado seguimento a ações que, de alguma forma, permitem à organização uma redução no consumo de energia, inclusivamente as que já foram identificadas no início do subcapítulo Energia, bem como nos pontos 4.4. Aspectos materiais identificados e medidas e 4.6. Oportunidades e pontualmente ao longo do presente relatório.

Nas Instalações operacionais:

- A AdVT identifica os aspetos ambientais controláveis provenientes, diretamente, da sua atividade (Captação de água, produção de efluentes líquidos, emissões gasosas, produção de resíduos, ruído, consumo de materiais, consumo de energia e consumo de água), assim como as situações de emergência razoavelmente previsíveis, pelo que define medidas de controlo para minimizar os impactos provocados nos domínios relevantes: Ar, Água, Solo e Subsolo, Ruído e Recursos, relacionados com a preservação da biodiversidade;
- Sensibilização dos trabalhadores, com recurso à Campanha "Juntos Somos + Energia";
- Contratualização de tarifas mais vantajosas (Concurso AdP-aquisição centralizada de energia), beneficiando-se do efeito de escala;
- Redução do consumo de energia elétrica em horas de ponta/otimização do funcionamento dos equipamentos em períodos horários mais económicos;
- Redução do custo com energia reativa;
- Utilização de lâmpadas mais eficientes.

Nos Edifícios administrativos:

- Sensibilização dos trabalhadores e Colocação de alertas visuais junto dos interruptores e equipamentos de ar condicionado;
- Utilização de lâmpadas mais eficientes.

Na Frota automóvel:

- Manutenção da otimização dos circuitos/rotas realizadas e redução da frequência de visitas com a integração no sistema de telegestão originando diminuição do consumo de combustível;
- Realização das manutenções periódicas das viaturas de acordo com o definido pela marca;
- Aquisição de cinco viaturas elétrica que entrarão ao serviço apenas em 2018.

EMISSIONES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA (GEE)

De acordo com o Protocolo e consoante o enquadramento operacional em que ocorre a respetiva produção, a emissão de Gases de Efeito de Estufa (GEE), resultante do consumo de energia não fósseis são classificadas em três tipos, designadamente:

Emissões diretas (âmbito 1) (EN15)

- Resultantes de operações detidas e controladas, pela organização

Emissões indiretas (âmbito 2) (EN16)

- Resultantes da geração de eletricidade, calor, frio ou vapor adquiridos e consumidos nas instalações, da Empresa



Outras emissões indiretas (âmbito 3) (EN17)

- Todas as emissões indiretas (não incluídas no âmbito 2) que ocorrem no exterior da organização, incluindo fluxos de entrada e de saída.

Total de emissões diretas GEE - âmbito 1 (EN15)

Neste âmbito deve ser contabilizada e expressa em CO₂ equivalente, a emissão, direta, dos gases constantes da figura abaixo, caso existam.

Dos GEE identificados são emitidos, pela AdVT, neste âmbito, dióxido de carbono (CO₂), decorrente da queima dos combustíveis referidos no indicador EN3, bem como outras, identificadas no indicador EN4. Ainda assim, a AdVT recorre a fontes de energia não fóssil, o que lhe permite diminuir as suas emissões contribuindo para o combate às alterações climáticas.

Em 2017 a AdVT emitiu, proveniente do consumo de energia nas suas atividades diretas, 1 430 tCO₂.

Sempre que foram realizados estudos de caracterização de emissões gasosas, para monitorização de acordo com as licenças e com os pareceres das entidades competentes, os respetivos resultados revelam que o nível de emissões é muito reduzido.

Embora sejam utilizados, nas instalações da AdVT, equipamentos que contêm HFCs e SF₆, estas substâncias estão confinadas no interior dos equipamentos, sendo que a sua adequada manutenção preventiva, previne eventual emissão devida a avarias (ver EN20).

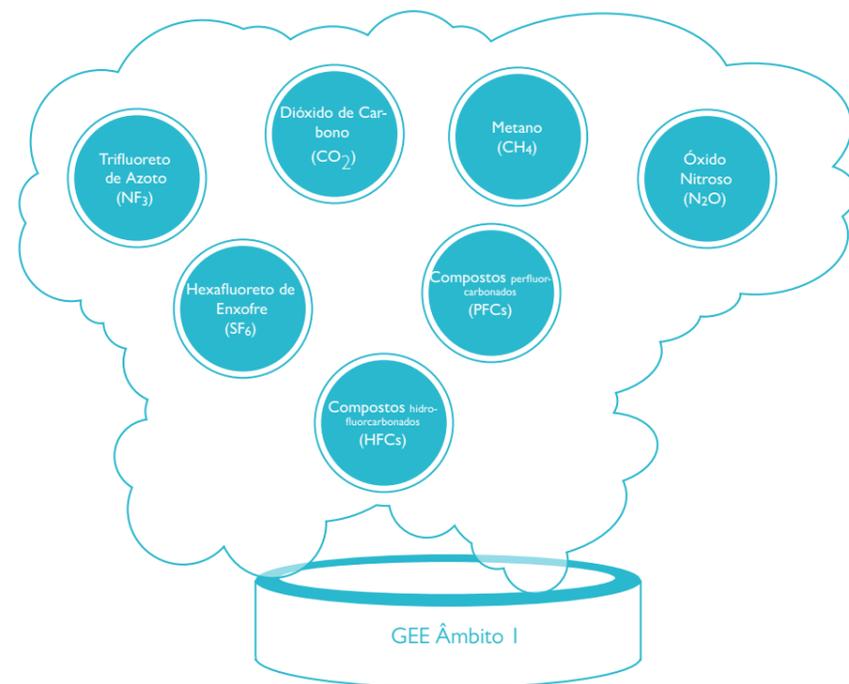
Total de emissões indiretas de GEE - âmbito 2 (EN16)

Este indicador avalia as emissões que são provocadas, pelo produtor, aquando da geração da energia elétrica que é comprada, pela AdVT. Assim, em 2017, foram emitidas, indiretamente, 16 296 t CO₂.

Outras emissões indiretas relevantes de GEE - âmbito 3 (EN17)

Esse indicador reflete o valor das emissões, indiretas, de GEE que não estão incluídas no indicador EN16, especificamente as que são produzidas durante o fabrico de produtos adquiridos, pela organização e ocasionais, ocorridas em fábricas não detidas ou controladas, pela organização.

A informação não está disponível, pelo que a mesma não é apresentada.



Intensidade das emissões de gases com efeitos de estufa (EN18)

Definido como o quociente entre o total de emissões (diretas e indiretas)² e a totalidade da produção, é determinado, no caso da AdVT relacionando a totalidade das emissões devidas às suas atividades e o volume de água faturada, no caso do abastecimento e a água residual tratada faturada, no caso do saneamento.

| EN18 | Intensidade das Emissões de Gases com Efeito de Estufa AA | | |
|---|---|-------------|-------------|
| Local de produção das emissões | 2015 | 2016 | 2017 |
| Água faturada (m ³) | 78 | 76 | 80 |
| CO ₂ emitido total (ton) | 13 952 | 9 442 | 10 140 |
| Intensidade das emissões (kg CO₂ / m³) | 0,18 | 0,12 | 0,13 |

Tendo em conta que o valor referente à atividade de saneamento não é comparável com os resultados dos anos anteriores, apresentamos apenas o valor referente a 2017, **Intensidade de emissões AR: 0,19 kgCO₂/m³**.

Iniciativas para reduzir as emissões GEE e reduções obtidas (EN19)

Ao nível da compensação das emissões de gases de efeito de estufa nas instalações operacionais, nos edifícios administrativos e na frota automóvel, a AdVT tem vindo a tomar medidas concretas:

- Compensação das emissões através da participação em programas de compensação (Programa Pegada Ecológica) ou outros projetos ambientais;
- Recolha, armazenamento e valorização energética, em sistemas de cogeração, de biogás, produzido na digestão anaeróbia, em algumas ETAR, permitindo produzir energia elétrica e aproveitar a energia térmica para aquecimento dos digestores. O biogás em excesso ou de má qualidade é queimado numa "flair" de forma a evitar a libertação de biogás para a atmosfera, no sentido de reduzir o impacto ambiental ao nível das emissões de gases com efeito de estufa;
- A existência de unidades de microprodução, nomeadamente em reservatórios que estão equipados com painéis solares, sendo esta, a única fonte energética existente.

Dada a relação direta entre o consumo energético e o nível de emissões GEE, para dar resposta ao presente indicador recorreremos às medidas implementadas para minimização dos consumos energéticos que já foram referidos em EN6.

Outra informação importante prende-se com as emissões de CO₂ evitadas, pela AdVT, graças ao uso de energias renováveis. No ano em análise foram evitadas 231 gCO₂.

Emissões de substâncias depletoras da camada de ozono (EN20)

Em 2017 os Gases fluorado de efeito estufa (GFEE) reportados à APA foram de 92,385 kg.

Os equipamentos que contêm estas substâncias foram alvo de planos de manutenção de prevenção e de controlo de fugas, contribuindo para prevenir a depleção da camada de ozono.

² Tendo em conta que as emissões diretas apresentam um valor muito inferior às emissões indiretas, no cálculo da intensidade de emissões foram apenas consideradas estas últimas.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Água captada por fonte (EN8)

A AdVT captou, em 2017, água para produção de água para consumo humano a partir de várias origens, concretamente 43 captações superficiais e 255³ captações subterrâneas, isto é, 14% e 86%, das origens, respetivamente, idêntico ao ano anterior.

Quando associamos o volume extraído 54,3 Mm³⁴ a cada tipo de origem, a relação é inversamente proporcional, uma vez que 88% da água captada tem origem superficial e apenas 12% provém de captações subterrâneas.

Algumas das Captações superficiais possuem a respetiva exploração regulada por contratos de concessão, estabelecidos entre o Estado Português e a organização e algumas das subterrâneas, encontram-se licenciadas, sendo em 2017 o volume captado em captações licenciadas atingiu o valor de 52%, um aumento de 2% relativamente ao ano anterior.

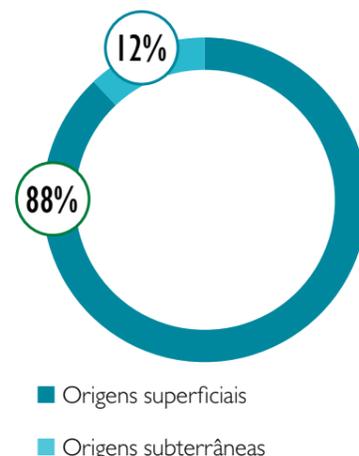
A AdVT tem vindo a envidar todos os esforços para a regularização da situação para a totalidade das captações.

Fontes hídricas significativamente afetadas pela captação de água (EN9)

A utilização de origens superficiais, com maior capacidade de extração, em detrimento das origens subterrâneas mantém-se como preocupação da organização, uma vez que assim são protegidos os aquíferos subterrâneos permitindo, assim, assegurar uma utilização mais sustentável, dos recursos hídricos. Para além disso, no ano em análise, tem que ser referida a questão a seca severa que assolou Portugal e que obrigou a acionar os Planos de contingência definidos, pela organização, para estas situações.

Tendo em conta que não foi ultrapassado o limite máximo total de volume de captação de água, estabelecido nas várias licenças e Contratos de Concessão de captação, a AdVT considera que estas não foram afetadas.

Do ponto de vista da atividade operacional e do sistema de abastecimento da AdVT, o Balanço Hídrico de 2017 evidencia uma percentagem de 9,5%, de água não faturada, no total, englobando os sistemas de Produção e Transporte e de Distribuição, face à água captada (uma redução de 0,6%, face a 2016).



CONSUMO DE ÁGUA

Nas infraestruturas operacionais existe consumo de água essencialmente para a preparação de reagentes, lavagem de órgãos e zonas envolventes e para rega de zonas verdes, obtido por duas vias, água de rede e em captações próprias. Em 2017 foi obtido por esta última via o valor de cerca de 34 milhares de m³.

A AdVT tem vindo a implementar medidas com o intuito de minimizar os consumos, nas várias instalações operacionais e administrativas, sendo que relativamente às primeiras, as referidas medidas são identificadas em capítulos anteriores.

No que diz respeito a edifícios administrativos, a AdVT, recorre a:

- Sensibilização através de ajudas visuais com informação sobre boas práticas para a poupança da água, disponíveis nos locais de consumo;
- Existência de redutores de caudal, em vários locais (balneários e WC);
- Autoclismos com sistemas de poupança de água através de controlo de descargas.

ÁGUA RESIDUAL

Para além da atividade já descrita (captação, tratamento e adução de água para consumo humano), faz, também, parte da atividade desenvolvida, pela AdVT, a recolha, tratamento e rejeição de água residual.

As características do efluente à saída de cada uma das ETAR está condicionado pelo exigido na respetiva Licença de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais, que tem em conta o volume e as características de água residual, afluente à ETAR, bem como as especificidades do meio hídrico a que vai ser devolvida, após tratamento.

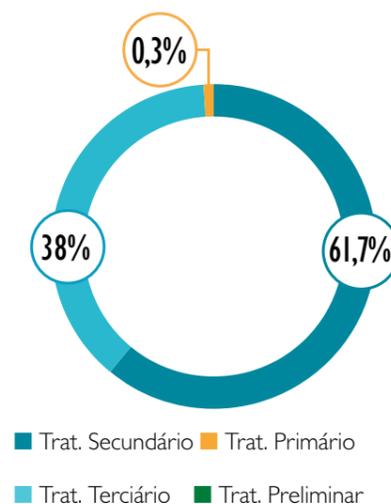
Água residual tratada, por tipo de tratamento e destino final (EN22)

A fim de atingir as características exigidas, na referida Licença, o efluente será submetido aos níveis de tratamento necessários, por forma a cumprir o objetivo.

Assim, em 2017 praticamente a totalidade do efluente recolhido foi tratado com nível secundário ou superior, isto é, foi tratada com nível secundário (99,7%), sendo que 38,0%, desses, são submetidos a uma afinação com tratamento terciário. Os sobrantes 0,3% foram submetidos apenas a tratamento primário.

No que se refere ao processo de desinfecção, cujo objetivo é a remoção de microrganismos para proteger o meio receptor, a jusante do ponto de descarga, a sua aplicação está estreitamente associada às respetivas características. Assim, é aplicado, por indicação da licença, independentemente do tipo de tratamento a que o efluente é submetido, imediatamente antes de ser rejeitado. Em 2017 a AdVT procedeu à desinfecção de 29%, do total de água tratada.

Para além do nível de tratamento a que o efluente é submetido, outro dado importante é a identificação dos meios receptores. A AdVT utiliza dois tipos de meios receptores, a linha de água e o solo, sendo que para praticamente a totalidade das descargas utiliza a primeira. A última teve uma expressão muito reduzida, concretamente 0,01%.



| SISTEMA DE ABASTECIMENTO DA AdVT | Consumo autorizado | Consumo autorizado faturado | | Consumo autorizado não faturado | Consumo não faturado não medido | Água faturada 79 810 753 [m ³ /ano] |
|--|--------------------|--|-----------------------------|-------------------------------------|---------------------------------|---|
| | | Consumo faturado medido (incluindo água exportada) | Consumo faturado não medido | | | |
| Água Entrada no Sistema 84 963 366 [m ³ /ano] | 81 212 305 | 79 810 753 | 79 714 308 | 1 401 552 | 481 908 | Água não faturada (perdas comerciais) 5 152 613 [m ³ /ano] |
| | | Perdas aparentes | 0 | 561 789 | 919 644 | |
| Perdas de Água 3 751 061 | Perdas reais | Perdas reais nas condutas de água bruta e no tratamento (quando aplicável) | 1 512 189 | Perdas de água por erros de medição | 561 789 | Água não faturada (perdas comerciais) 5 152 613 [m ³ /ano] |
| | | Fugas nas condutas de adução e/ou distribuição | 1 437 303 | Consumo não faturado não medido | 919 644 | |
| | | Fugas e extravasamentos nos reservatórios | 239 781 | Perdas de água por erros de medição | 561 789 | |
| | | Fugas nos ramais de ligação (a montante do ponto de medição) | 0 | Consumo não faturado não medido | 919 644 | |

³ Apesar de possuir 311 captações subterrâneas, 56 são exploradas pela EPAL, pelo que apenas utiliza, 253.

⁴ O valor de água captada foi revisto após aprovação do R&C 2017.

Ao nível do cumprimento da Licença de Utilização dos Recursos Hídricos – Rejeição de Águas Residuais, de cada ETAR, verificou-se, durante o ano de 2017, uma taxa de população servida com tratamento satisfatório, isto é de acordo com a referida Licença de 98%.

Água reciclada e reutilizada (EN10)

Em 2017 a AdVT não vendeu a terceiros, mas reutilizou, nas suas atividades, 1,4 Mm³ de água originária nas atividades de abastecimento de água (AA) e de saneamento de águas residuais,

A água reutilizada, internamente, pela AdVT, ao longo do processo existente nas Estações de Tratamento de Água para Consumo Humano e nas de Estações de Tratamento de Águas Residuais resulta de boas práticas implementadas, para conservação da água e que estão descritas, abaixo, considerando, entre outras, a recirculação dos efluentes da produção, com a respetiva reintrodução, no processo produtivo.

Assim, descrevem-se, de seguida práticas de redução, reciclagem, reutilização e recirculação de consumos de água, das instalações operacionais:

- As ETA estão dotadas de tratamento das águas de processo, permitindo recircular a água, à cabeça das mesmas e assim reduzir as perdas de água, no tratamento;
- Otimização da lavagem dos filtros, recirculação e recuperação de água de lavagem;
- Entrega de água para rega (após pareceres favoráveis das entidades competentes);
- Opção por arranjos exteriores que não requeiram rega (cobertura com casca de pinheiro ou brita), opção por plantas pouco exigentes em termos hídricos e instalação de sistemas de controlo de rega automático;
- Reutilização de água residual tratada para uso interno no recinto das instalações (ex. rega e lavagens de pavimentos e equipamentos, órgãos de tratamento, utilização nas desodorizações e preparação de floculantes, etc.).

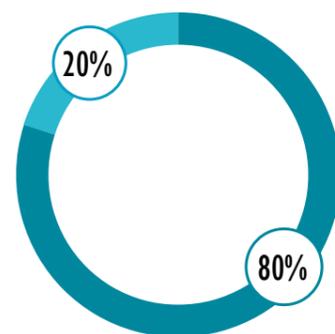
De salientar que não são utilizadas estas práticas, na totalidade das instalações. A AdVT objetiva a extensão das medidas sempre que se reúnam as condições necessárias, nas diferentes infraestruturas.

PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

A AdVT gera resíduos ao longo dos processos associados à sua atividade e, tendo em conta que não é possível evitá-los, a organização tem vindo a apostar em duas linhas de atuação, concretamente, na alteração de processos e aplicação de novas tecnologias, por forma a minimizar a sua produção e, em simultâneo, promover a respetiva valorização, em detrimento da simples eliminação, aquando do destino final.

Resíduos gerados e destino final (EN23)

Na atividade de abastecimento de água, para além de serem geradas lamas produzidas no processo de clarificação da água (resíduo presente em maior quantidade), que em 2017 totalizaram 4 364 ton, mais 7%, que no ano anterior, pode ocorrer produção de areias, originadas na limpeza/renovação de areia nos filtros das ETA, sendo que no ano em análise, tal não aconteceu.



■ Abastecimento de água
■ Águas residuais

Relativamente ao destino final dos resíduos produzidos, verificou-se que a taxa de valorização foi de 52%, inferior ao obtido, no ano anterior; situação que a AdVT pretende melhorar.

No que respeita à atividade de saneamento e, à semelhança do que foi descrito para a atividade de abastecimento, as lamas apresentam-se como o resíduo produzido em quantidade mais significativa, 95,8%, do total, sendo que no ano em análise foram geradas 21 367ton. No mesmo período foram, também, produzidos gradados, areias e gorduras, conforme apresentado, na figura.

Praticamente a totalidade das lamas resultantes do processo de saneamento foram valorizadas.

Para além das lamas, no processo de tratamento de águas Residuais são produzidos outros resíduos, concretamente gradados, areias e gorduras, que, em 2017 perfizeram um total de 933 ton.

De uma forma global e tendo em conta a totalidade de resíduos de processo produzidos, nas duas atividades, foram valorizados 89%. Para a valorização contribuem, apenas parte das lamas de abastecimento e saneamento, uma vez que os gradados, areias e gorduras são eliminados, através da deposição em aterro.

Para além dos resíduos de processo, a AdVT produz outro tipo de resíduos, nomeadamente, papel e cartão, plástico, embalagens, equipamento elétrico e eletrónico, baterias, de laboratório, panos e absorventes contaminados, óleos/lubrificantes e material ferroso, entre outros. Em 2017 a produção totalizou 6,9ton, com enquadramento na classificação de perigosos e não perigosos, com a distribuição apresentada na figura.

Os dados indicam que foram valorizados 41%, sendo que a organização continua empenhada na redução da quantidade de resíduos produzidos e no aumento da percentagem de valorização

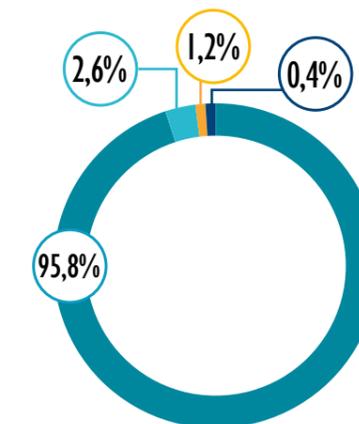
Número e volume total de derrames significativos (EN24)

Em 2017 não ocorreu, na área de intervenção da AdVT nenhum derrame significativo.

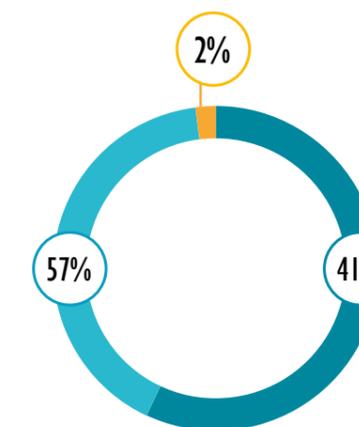
De salientar que durante 2017 foram adquiridos, para os vários polos da AdVT, bacias de retenção e meios de contenção de derrames para minimização do risco e aumento da proteção ambiental

Peso de resíduos transportados, importados, exportados e tratados considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia (EN 25)

Em 2017 não foram gerados resíduos perigosos nos termos da Convenção de Basileia.



■ Lamas - Saneamento ■ Areias
■ Gradados ■ Gorduras



■ Perigosos eliminados ■ Não Perigosos eliminados
■ Perigosos valorizados ■ Não Perigosos valorizados

BIODIVERSIDADE

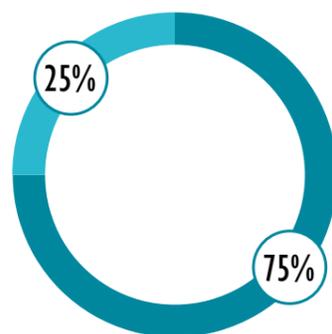
Localização e tamanho de áreas da empresa em áreas protegidas (EN11)

Descrição dos impactes significativos na biodiversidade, associados a atividades e ou produtos e serviços em áreas protegidas (EN12)

A AdVT intervém em áreas com elevada diversidade, abrangendo o interior centro e sul de Portugal Continental, zonas urbanas e rurais, montanhosas e planas. Esta abrangência torna expetável que algumas das infraestruturas se encontrem localizadas em território protegido, o que se confirma para uma área de 43,8 ha, distribuídos de acordo com a figura.

A AdVT identifica os aspetos ambientais controláveis provenientes, diretamente da sua atividade (Captação de água, produção de efluentes líquidos, emissões gasosas, produção de resíduos, ruído, consumo de materiais, consumo de energia e consumo de água), tal como as situações de emergência, razoavelmente previsíveis.

- Diminuição/afetação dos recursos naturais;
- Afetação dos recursos hídricos/diminuição da qualidade do meio recetor;
- Afetação da qualidade do ar;
- Impactes indiretos associados à produção de resíduos;
- Impactes indiretos associados à produção de materiais, peças e outros consumíveis;
- Impactes indiretos associados à produção de energia elétrica;
- Impactes indiretos associados à produção de água.



- Área total dos terrenos ocupados por instalações localizadas em Rede Natura
- Áreas instalações localizadas em Parques Naturais

De forma a minimizar os impactes provocados nos domínios relevantes: Ar, Água, Solo e Subsolo, Ruído e Recursos, que estão relacionados com a preservação da biodiversidade define medidas de controlo para:

- Fomentar utilização sustentável de materiais, peças e outros consumíveis;
- Gestão adequada de stocks de materiais e peças;
- Sensibilização, formação e comunicação de boas práticas, através de ajudas visuais e instruções de trabalho no âmbito do SRE.

Os principais impactos negativos poderão ocorrer aquando da construção de novos aproveitamentos para captação de água e construção de ETAR. Positivamente para além do abastecimento de água, quer em quantidade quer em qualidade, salienta-se a melhoria dos níveis de tratamento de águas residuais provocando melhorias significativas nas linhas de água.

Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos de água e habitats relacionados significativamente afetados por descargas de água e drenagens realizadas (EN26)

A AdVT objetiva níveis de cumprimento cada vez mais próximos de 100%. Assim, por forma a ultrapassar as questões identificadas é necessário incrementar, consideravelmente, o nível de controlo por forma a aumentar a eficácia na deteção das situações que provocam os incumprimentos, bem como atribuir responsabilidades. Nesse sentido e, para além de boas práticas que têm vindo a ser implementadas, a AdVT encontra-se a desenvolver um projeto para monitorização dos meios recetores que se enquadram neste ponto.

Habitats protegidos ou restaurados (EN13)

Durante o ano de 2017 não foram desenvolvidas ações com objetivo de proteger ou restaurar habitats.

Espécies protegidas da Lista vermelha IUCN e nível de risco de extinção (EN14)

A Lista Vermelha das espécies ameaçadas da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) avalia riscos de extinção das espécies florísticas e faunísticas, fornecendo informações diversas sobre as mesmas, nomeadamente, sobre a sua taxonomia, distribuição geográfica, populações, habitats e ecologia, principais ameaças e medidas de conservação aconselháveis.

Não foram realizados estudos sobre esta matéria, em 2017.

CONFORMIDADE

Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes de não conformidades com leis e regulamentos ambientais (EN29)

Em 2017 não foram pagas coimas nem aplicada qualquer sanção.

Total de custos em proteção ambiental (EN31)

Durante 2017 a AdVT despendeu em atividades relacionadas com a proteção ambiental, aproximadamente 144 mEuros, com uma grande parte do valor, 87%, atribuída à gestão de resíduos, seguida do seguro de Responsabilidade Ambiental, com 12% e o restante para as auditorias Ambientais.

No que se refere aos valores associados à formação /sensibilização ambiental foram considerados, na EPAL.

5.3 INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL

PRÁTICAS LABORAIIS - Emprego

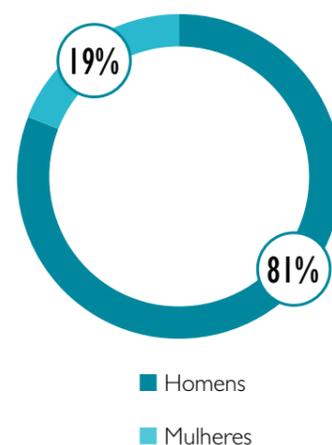
Número total de trabalhadores e taxas de rotatividade e de novas contratações, por faixa etária e género (LA1)

Com o início da gestão delegada do sistema da então Águas de Lisboa e Vale do Tejo, a EPAL passou a integrar os trabalhadores/as com origem nas oito empresas agregadas. Com a cisão, ocorrida em 2017 e conforme preconizado no Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, de que resultaram o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais do Tejo Atlântico e do sistema multimunicipal de saneamento da Península de Setúbal e as novas entidades gestoras – Águas do Tejo Atlântico e Simarsul, respetivamente, ocorreu uma acentuada redução no número de trabalhadores.

No final do ano de 2017, dos 1 007 trabalhadores, da EPAL, 360 estão associados à gestão delegada, da AdVT

| Colaboradores EPAL associados à Gestão delegada da AdVT | 2015 | 2016 | 2017 | Varição 2016/2017 |
|---|------------|------------|------------|-------------------|
| Mulheres | 204 | 196 | 70 | -126 |
| Homens | 643 | 624 | 290 | -334 |
| Total | 847 | 820 | 360 | -460 |

De acordo com o indicado na tabela e figura, acima, a distribuição por género dos trabalhadores da empresa, demonstra uma preponderância do género masculino com 81%. A diferença apresentada, entre os dois géneros, resulta, principalmente, do predomínio de trabalhadores do sexo masculino em funções operacionais. Ainda assim, a saída de 460 trabalhadores/as, com o processo de cisão, levou à alteração da distribuição por género, face a 2016. Concretamente, o género masculino sofreu um aumento de 5%, com a idêntica diminuição na percentagem referente ao género feminino.



Benefícios concedidos a trabalhadores a tempo inteiro não oferecidos a trabalhadores temporários ou em regime de meio período (LA2)

Os trabalhadores associados à gestão delegada da EPAL, possuem, para além dos benefícios previstos por lei, os seguintes, que se mantiveram relativamente ao ano anterior:

- Seguro de saúde, extensível ao agregado familiar, com as seguintes coberturas:

| Coberturas | Valor (€) |
|--|-----------|
| Assistência Clínica em Regime Hospitalar | 12 500,00 |
| Parto, Cesariana, Interrupção Involuntária de Gravidez | 1 500,00 |
| Assistência Clínica em Regime Ambulatório | 1 000,00 |
| Estomatologia | 500,00 |
| Medicamentos | 275,00 |
| Próteses e Ortóteses | 1 000,00 |

- O dia do aniversário;
- Seguro de vida;
- OTL/Empresa – destinados para os filhos dos trabalhadores com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, com atividades proporcionadas, durante uma semana, preenchida por Ações de Formação ministradas na Academia das Águas Livres e nas instalações da Asseiceira, beneficiando de refeições por cada dia efetivo de frequência da ação de formação e de uma bolsa no valor de 15€, por cada dia efetivo de participação no programa;
- Bolsas de Estudo para frequência de Cursos do Ensino Superior e do Ensino Especial para filhos de Trabalhadores.

Os trabalhadores usufruem dos mesmos benefícios sociais, independentemente de se encontrarem na situação de efetivos ou de contrato a termo.

Taxa de regresso ao trabalho após licença de parentalidade, por género (LA3)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

PRÁTICAS LABORAIIS - Relações Laborais

Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais (LA4)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

PRÁTICAS LABORAIIS - Segurança e Saúde no Trabalho

Representação de trabalhadores em Comissões de Segurança (LA5)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

Tipo e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e fatalidades, por região e género (LA6)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

Trabalhadores com elevado risco ou incidência de doenças profissionais (LA7)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

Tópicos de saúde e segurança abrangidos no acordo de empresa (LA8)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

PRÁTICAS LABORAIS - Formação e Educação

Média de horas de formação por empregado, género e categoria profissional (LA9)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

Programas para gestão de competências e formação contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gestão de fim da carreira (LA10)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

Percentagem de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, por género e categoria profissional (LA11)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

PRÁTICAS LABORAIS - Diversidade e Igualdade de Oportunidades

Composição dos grupos responsáveis pela governação corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com género, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade (LA12)

O Conselho de Administração (CA) da AdVT não sofreu alterações, no ano em análise. De acordo com o indicado no quadro, abaixo, a presença do género feminino foi de 14%, de acordo com a faixa etária, no quadro.

| Conselho de Administração por Género e Faixa Etária | 2015 | | 2016 | | 2017 | |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | H | M | H | M | H | M |
| [46-55] | 2 | 3 | 3 | 1 | 3 | 1 |
| [56-65] | 2 | 0 | 3 | 0 | 3 | 0 |
| TOTAL | 4 | 3 | 6 | 1 | 6 | 1 |

Nota: O quadro apresentado no Relatório de Sustentabilidade de 2016 não está correto, pelo que foi feita a respetiva correção no presente quadro.

No que se refere a Diretores, tendo em conta que a estrutura organizacional definida é comum para a EPAL e para a AdVT, a distribuição está apresentada no relatório de sustentabilidade da EPAL 2017.

PRÁTICAS LABORAIS - Igualdade de remuneração entre homens e mulheres

Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria profissional (LA13)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

DIREITOS HUMANOS - Investimento

Percentagem e número total de contratos de investimento significativo que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos (HR1)

Todos os contratos, referentes a empreitadas e a prestação de serviços celebrados, em 2017, contemplaram disposições de salvaguarda e garantia de cumprimento da legislação laboral, de segurança e saúde dos trabalhadores e dos direitos humanos.

Total de horas de formação dos trabalhadores em políticas de direitos humanos e procedimentos relativos a aspetos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de trabalhadores formados (HR2)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

DIREITOS HUMANOS - Não Discriminação

Número total de incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas (HR3)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

DIREITOS HUMANOS - Liberdade de Associação e Negociação Coletiva

Operações e fornecedores em que o direito de liberdade de associação e de negociação coletiva pode estar em risco significativo e medidas tomadas para apoiar esse direito (HR4)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

DIREITOS HUMANOS - Trabalho Infantil

Operações e fornecedores identificados com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e medidas tomadas (HR5)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

DIREITOS HUMANOS - Trabalho forçado ou análogo ao escravo

Operações e fornecedores identificados como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas (HR6)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

DIREITOS HUMANOS - Práticas relativas a segurança

Percentagem de trabalhadores da vigilância com formação em políticas e procedimentos relativos a direitos humanos relevantes para a atividade (HR7)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

DIREITOS HUMANOS - Avaliação de direitos humanos

Número total e percentagem de operações que foram sujeitas a revisão e avaliação de impacto quanto aos direitos humanos (HR9)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

DIREITOS HUMANOS - Avaliação de direitos humanos de fornecedores

Empresas contratadas e fornecedores críticos submetidos a avaliações referentes a direitos humanos (HR10)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017

DIREITOS HUMANOS - Mecanismos para queixas sobre direitos humanos

Reclamações, relativas a direitos humanos, preenchidas, tratadas e resolvidas com recurso a mecanismos formais de queixa (HR12)

Consultar Relatório de Sustentabilidade EPAL 2017.

SOCIEDADE - Comunidades Locais

Programas de envolvimento, avaliação de impacto e desenvolvimento local (S01)

A AdVT tem vindo a desenvolver Programas/Projetos que promovem o envolvimento da comunidade, proporcionando-lhe, para além do conhecimento da atividade da organização, contribuir para a melhoria significativa das condições de alguns locais.

Operações com impacto negativo significativo atual e potencial nas comunidades locais (S02)

A empresa tem vindo a assegurar práticas que visam a minimização dos impactos ambientais e sociais negativos decorrentes da operação e manutenção das suas infraestruturas, nomeadamente:

- A reposição integral das condições existentes antes do início de obras, efetuando beneficiações na zona envolvente;

- Aviso antecipado aos clientes nas situações de suspensão programada do fornecimento de água;
- Resolução rápida de roturas e suspensões no abastecimento, mantendo canais de informação abertos;
- Resolução rápida de colapsos, em coletores e de descargas de emergência de água residual não tratada, em consonância com as autoridades competentes;
- Reuniões com as Entidades Gestoras da rede em "baixa" para articulação de eventual realização de obras ou suspensões no serviço, a essas entidades;
- Reuniões de esclarecimento acerca das obras que estão previstas;
- Organização de visitas, às instalações, dedicadas à comunidade, em geral.

SOCIEDADE - Combate à corrupção

Percentagem e número total de operações submetidas a avaliações de riscos de corrupção e riscos significativos identificados (S03)

Em 2017 não foram realizadas monitorizações específicas relacionadas com o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Comunicação e formação em políticas e procedimentos anticorrupção (S04)

Em 2017 não se realizaram ações de formação específicas em políticas, práticas e procedimentos anticorrupção.

Existem, no entanto, outros mecanismos implementados, na organização, concretamente:

- Código de Conduta e Ética;
- Certificação Legal das Contas (Ernst & Young);
- Aprovação do Relatório do Governo Societário, pela AG;
- Auditoria da Qualidade do Serviço (ERSAR);
- Auditoria SRE (qualidade, ambiente, segurança e energia) pela Entidade Certificadora, APCER;
- Auditoria de Verificação da Conformidade Legal;
- Inspeção por Entidades Externas.

Incidentes de corrupção confirmados e medidas tomadas (S05)

Não foram detetadas quaisquer situações relativas a casos de corrupção em 2017.

RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO - Comunicação e Marketing

Venda de produtos proibidos ou contestados (PR6)

Não houve em 2017 venda de quaisquer produtos proibidos ou contestados.

Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado (PR7)

Não há registo em 2017 de quais quer inconformidades relativas a legislação aplicável nas vertentes de marketing ou de publicidade.

RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO - Privacidade do cliente

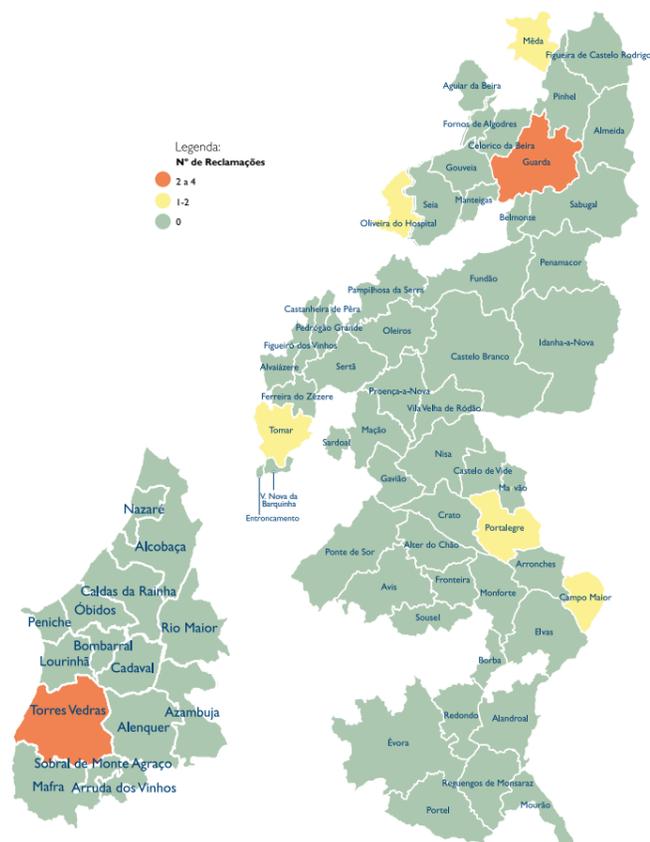
Número total de queixas e reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes (PR8)

Não há registo, no ano em análise, de qualquer reclamação referente a violação de privacidade e perda de dados de clientes.

RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO - Conformidade

Valor monetário de multas significativas de não conformidades com leis relativas à provisão e uso de produtos (PR9)

Não foram registadas quaisquer multas relativas a não conformidades sob provisão e uso de produtos, em 2017.



[esta página está intencionalmente em branco]

A photograph of a waterfall with water cascading over rocks, creating white foam. The image is partially obscured by a large, curved teal overlay that sweeps across the bottom right corner of the page.

6. Índice GRI 4

ÍNDICE GRI 4

| DIRETRIZES GRI | TÓPICO | Página |
|------------------------------|---|-------------------|
| ESTRATÉGIA E ANÁLISE | | |
| G4-1 | Mensagem do Presidente | 8 |
| PERFIL DO RELATÓRIO | | |
| G4-28 | Período coberto pelo relatório | 13 |
| G4-29 | Data do relatório anterior | 13 |
| G4-22 | Continuidade de informação constante em relatórios anteriores | 13 |
| G4-23 | Mudanças significativas em comparação com períodos anteriores | 13, 16-17; 20 |
| G4-30 | Ciclo de emissão de relatórios | 13 |
| G4-31 | Contacto em caso de dúvidas | 13 |
| G4-32 | Reportar a opção 'in accordance' escolhida pela empresa | 13 |
| G4-33 | Verificação externa do relatório | 13 |
| PERFIL DA ORGANIZAÇÃO | | |
| G4-3 | Nome | 16; 20; 25 |
| G4-4 | Principais marcas, produtos e serviços | 26-28 |
| G4-5 | Localização | 27 |
| G4-6 | Países em que está presente | 27 |
| G4-7 | Natureza da propriedade e forma jurídica de organização | 35 |
| G4-8 | Mercados servidos (discriminação geográfica, setores abrangidos e tipos de clientes e beneficiários) | 27 |
| G4-9 | Dimensão | 27 |
| G4-10 | Número total de empregados contratados por género | 82 |
| G4-11 | Porcentagem de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva | 85 |
| G4-12 | Descrição da cadeia de fornecedores da empresa | 28 |
| G4-13 | Mudanças significativas durante o período coberto pelo relatório | 20-24 |
| G4-14 | Explicação de como a organização aplica o princípio da precaução | 29-46 |
| G4-15 | Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a AdVT subscreve ou endossa | 39 |
| G4-16 | Associações e/ou organismos nacionais / internacionais de defesa em que a AdVT participa | 39 |
| GOVERNANÇA | | |
| G4-34 | Estrutura de governação da organização | 29-40 |
| G4-35 | Delegação de autoridades/competências para aspetos económicos, ambientais e sociais | 31 |
| G4-36 | Responsável para aspetos económicos, ambientais e sociais | 31-32 |
| G4-37 | Processo de consulta às partes interessadas | 47-56 |
| G4-38 | Composição do modelo de governação da organização | 19-21 |
| G4-39 | Indicação caso o presidente do Conselho de Administração também seja um diretor executivo | n.a. |
| G4-40 | Processo e critérios de seleção e nomeação da Gestão de topo | 32 |
| G4-41 | Prevenção de conflito de interesses | 32-33; 35; 40; 60 |

| DIRETRIZES GRI | TÓPICO | Página |
|---|---|--------------------------|
| G4-42 | Papel da Gestão de topo na implementação e desenvolvimento da missão, estratégia, política e objetivos dos aspetos económicos, ambientais e sociais | 34-39 |
| G4-43 | Medidas adotadas para consolidar o conhecimento dos aspetos económicos, ambientais e sociais da empresa pela Gestão de topo | 47-60 |
| G4-44 | Avaliação do desempenho da Gestão de topo relativamente aos aspetos económicos, ambientais e sociais | 24; 34-39 |
| G4-45 | Papel da Gestão de topo na identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades relativos a aspetos e exigências legais, económicos, ambientais e sociais | 34-39; 44-46 |
| G4-46 | Revisão pela Gestão de topo da eficácia dos processos de gestão de riscos económicos, ambientais e sociais | 34-39; 44-46 |
| G4-47 | Frequência da revisão dos processos de gestão de impactos, riscos e oportunidades relativos a aspetos económicos, ambientais e sociais | 44-46 |
| G4-48 | Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável / Conselho de Impacto Ambiental | n.a. |
| G4-49 | Processo de comunicação à Gestão de topo de preocupações críticas | 34 |
| G4-50 | Reportar a natureza e número de preocupações críticas comunicadas à Gestão de topo e mecanismos utilizados para a sua resolução | 34 |
| G4-51 | Política de remuneração da Gestão de topo | 34 |
| G4-52 | Processo de definição de remunerações | 31 |
| ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | | |
| G4-53 | Como as partes interessadas são ouvidas quanto a políticas remuneratórias | 34 |
| G4-2 | Principais Riscos, Impactos e Oportunidades | 34; 44-46; 66; 58-60; 72 |
| G4-24 | Lista de Partes Interessadas | 47 |
| G4-25 | Base para a identificação e seleção de partes interessadas com os quais a organização se relaciona | 47-48 |
| G4-26 | Abordagens para a interação com as partes interessadas | 49 |
| G4-27 | Principais temas e preocupações as partes interessadas e medidas adotadas | 49-58 |
| G4-17 | Informação económico-financeira consolidada | 53 |
| G4-18 | Explicação do modo de definição do conteúdo do relatório e limites ou fronteiras dos Aspetos | 13; 50-53; 59-60 |
| G4-19 | Aspetos considerados materiais na definição do conteúdo do Relatório | 50-53; 59-60 |
| G4-20 | Materialidade e respetivas fronteiras - partes interessadas internas | 47-60 |
| G4-21 | Materialidade e respetivas fronteiras - partes interessadas externas | 47-60 |
| FORMA DE GESTÃO | | |
| G4 - DMA | | 17-20; 31; 32-40; 44-46 |

| SUBCATEGORIA | ASPETO | | Pág. | INDICADORES (Categoria) |
|----------------------|---------------|---|------|---|
| Desempenho económico | G4-EC1 | Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos | 64 | 5.1 Indicadores de Desempenho Económico |
| Desempenho económico | G4-EC2 | Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas | 66 | |
| Desempenho económico | G4-EC3 | Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece | 66 | |
| Desempenho económico | G4-EC4 | Ajuda financeira significativa recebida do governo | 66 | |
| Presença no Mercado | G4-EC5 | Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes | 66 | |
| Presença no Mercado | G4-EC6 | Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes | 66 | |
| "Impactos Económicos | G4-EC7 | Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio do relacionamento comercial, em espécie ou atividades pro bono | 67 | |
| "Impactos Económicos | G4-EC8 | Identificação e descrição de impactes económicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos | 67 | |
| Práticas de Compra | G4-EC9 | Políticas, práticas e proporções de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes | 67 | |

| SUBCATEGORIA | ASPETO | | Pág. | INDICADORES (Categoria) |
|----------------------|----------------|---|------|---|
| Materiais | G4-EN1 | Materiais usados | 69 | 5.2 Indicadores de Desempenho Ambiental |
| Materiais | G4-EN2 | Materiais usados provenientes de reciclagem | 69 | |
| Energia | G4-EN3 | Consumo de energia direta, segmentado por fonte de energia primária | 70 | |
| Energia | G4-EN4 | Consumo de energia indireta, segmentado por fonte de energia primária | 71 | |
| Energia | G4-EN5 | Intensidade energética | 72 | |
| Energia | G4-EN6 | Iniciativas para redução do consumo energético | 72 | |
| Energia | G4-EN7 | Medidas adotadas para redução energética de produtos e serviços | n.a. | |
| Água | G4-EN8 | Água captada por fonte | 76 | |
| Água | G4-EN9 | Fontes hídricas significativamente afetadas pela captação de água | 76 | |
| Água | G4-EN10 | Água reciclada e reutilizada | 78 | |
| Biodiversidade | G4-EN11 | Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada, dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas | 80 | |
| Biodiversidade | G4-EN12 | Descrição dos impactes significativos na biodiversidade, associados a atividades e/ou produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas | 80 | |
| Biodiversidade | G4-EN13 | Habitats protegidos ou restaurados | 81 | |
| Biodiversidade | G4-EN14 | Espécies protegidas da Lista vermelha IUCN e nível de risco de extinção | 81 | |
| Emissões GEE | G4-EN15 | Total de emissões diretas de gases com efeito de estufa (âmbito 1) | 74 | |
| Emissões GEE | G4-EN16 | Total de emissões indiretas de gases com efeito de estufa (âmbito 2) | 74 | |
| Emissões GEE | G4-EN17 | Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa (âmbito 3) | 74 | |
| Emissões GEE | G4-EN18 | Intensidade das emissões de gases com efeitos de estufa | 75 | |
| Emissões GEE | G4-EN19 | Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito de estufa e as reduções obtidas | 75 | |
| Emissões GEE | G4-EN20 | Emissões de substâncias depletoras da camada de ozono | 75 | |
| Efluentes e Resíduos | G4-EN22 | Descarga de águas residuais | 77 | |
| Efluentes e Resíduos | G4-EN23 | Resíduos gerados e destino final | 78 | |
| Efluentes e Resíduos | G4-EN24 | Número e volume total de derrames significativos | 79 | |

| SUBCATEGORIA | ASPETO | Pág. | INDICADORES (Categoria) |
|----------------------|---|-----------------------|---|
| Efluentes e Resíduos | G4-EN25 Peso de resíduos transportados, importados, exportados e tratados considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia – anexos I, II, III, VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente | 79 | 5.2 Indicadores de Desempenho Ambiental |
| Efluentes e Resíduos | G4-EN26 Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos de água e habitats relacionados significativamente afetados por descargas de água e drenagens realizadas pela organização | 81 | |
| Produtos e Serviços | G4-EN27 Iniciativas para Mitigação de Impactos Ambientais | ao longo do relatório | |
| Conformidade | G4-EN29 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias resultantes de não conformidades com leis e regulamentos ambientais | 81 | |
| Generalidades | G4-EN31 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por Tipo | 81 | |

| SUBCATEGORIA | ASPETO | Pág. | INDICADORES (Categoria) |
|--------------------------------------|---|------|--------------------------------------|
| Práticas Laborais e Trabalho Decente | Emprego G4-LA1 Número total e taxas de novas contratações de empregados e de rotatividade, por faixa etária, gênero e região | 82 | 5.3 Indicadores de Desempenho Social |
| Práticas Laborais e Trabalho Decente | Emprego G4-LA2 Benefícios concedidos a trabalhadores a tempo inteiro não oferecidos a trabalhadores temporários ou em regime de meio período | 82 | |
| Práticas Laborais e Trabalho Decente | Emprego G4-LA3 Taxa de regresso ao trabalho após licença de parentalidade, por gênero | 83 | |
| Práticas Laborais e Trabalho Decente | Relações Laborais G4-LA4 Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva | 83 | |
| Práticas Laborais e Trabalho Decente | Saúde e Segurança no Trabalho G4-LA5 Porcentagem de trabalhadores representados em Comissões de Segurança | 83 | |
| Práticas Laborais e Trabalho Decente | Saúde e Segurança no Trabalho G4-LA6 Tipo e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e fatalidades, por região e gênero | 83 | |
| Práticas Laborais e Trabalho Decente | Saúde e Segurança no Trabalho G4-LA7 Trabalhadores com elevado risco ou incidência de doenças profissionais | 84 | |
| Práticas Laborais e Trabalho Decente | Saúde e Segurança no Trabalho G4-LA8 Tópicos de saúde e segurança abrangidos no acordo de empresa | 84 | |
| Práticas Laborais e Trabalho Decente | Formação e Educação G4-LA9 Média de horas de formação por empregado, gênero e categoria profissional | 84 | |
| Práticas Laborais e Trabalho Decente | Formação e Educação G4-LA10 Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerir o fim da carreira | 84 | |
| Práticas Laborais e Trabalho Decente | Formação e Educação G4-LA11 Porcentagem de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, por gênero e categoria profissional | 84 | |
| Práticas Laborais e Trabalho Decente | Diversidade e Igualdade de Oportunidades G4-LA12 Composição dos grupos responsáveis pela governação corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade | 84 | |
| Práticas Laborais e Trabalho Decente | Igualdade de remuneração entre homens e mulheres G4-LA13 Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional | 85 | |
| Direitos Humanos | Investimento G4-HRI Porcentagem e número total de contratos de investimento significativo que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos | 85 | |

| SUBCATEGORIA | ASPETO | | Pág. | INDICADORES (Categoria) |
|------------------|--|---------|------|--------------------------------------|
| Direitos Humanos | Investimento | G4-HR2 | 85 | 5.3 Indicadores de Desempenho Social |
| Direitos Humanos | Não Discriminação | G4-HR3 | 85 | |
| Direitos Humanos | Liberdade de Associação e Negociação Coletiva | G4-HR4 | 85 | |
| Direitos Humanos | Trabalho Infantil | G4-HR5 | 85 | |
| Direitos Humanos | Trabalho Forçado ou análogo ao Escravo | G4-HR6 | 86 | |
| Direitos Humanos | Práticas relativas a segurança | G4-HR7 | 86 | |
| Direitos Humanos | Direitos Humanos - Avaliação de direitos humanos | G4-HR9 | 86 | |
| Direitos Humanos | Avaliação de direitos humanos de fornecedores | G4-HR10 | 86 | |
| Direitos Humanos | Mecanismos para queixas sobre direitos humanos | G4-HR12 | 86 | |
| Sociedade | Comunidades Locais | G4-SO1 | 86 | |
| Sociedade | Comunidades Locais | G4-SO2 | 87 | |
| Sociedade | Combate à Corrupção | G4-SO3 | 87 | |
| Sociedade | Combate à Corrupção | G4-SO4 | 87 | |
| Sociedade | Combate à Corrupção | G4-SO5 | 88 | |

| SUBCATEGORIA | ASPETO | | Pág. | INDICADORES (Categoria) |
|-------------------------------|----------------------------------|--------|------|--------------------------------------|
| Sociedade | Concorrência desleal | G4-SO7 | 88 | 5.3 Indicadores de Desempenho Social |
| Sociedade | Conformidade | G4-SO8 | 88 | |
| Responsabilidade pelo Produto | Saúde e Segurança do Cliente | G4-PR1 | 88 | |
| Responsabilidade pelo Produto | Saúde e Segurança do Cliente | G4-PR2 | 88 | |
| Responsabilidade pelo Produto | Rotulagem de Produtos e Serviços | G4-PR3 | 89 | |
| Responsabilidade pelo Produto | Rotulagem de Produtos e Serviços | G4-PR4 | 89 | |
| Responsabilidade pelo Produto | Rotulagem de Produtos e Serviços | G4-PR5 | 89 | |
| Responsabilidade pelo Produto | Comunicação e Marketing | G4-PR6 | 90 | |
| Responsabilidade pelo Produto | Comunicação e Marketing | G4-PR7 | 90 | |
| Responsabilidade pelo Produto | Privacidade do cliente | G4-PR8 | 90 | |
| Responsabilidade pelo Produto | Conformidade | G4-PR9 | 90 | |



AdVT - Águas do Vale do Tejo, S.A.

Rua Doutor Francisco Pissarra de Matos, nº 21 - R/C | 16300-693 Guarda - Portugal
tel: +351 271 225 317

Email: geral.advt@adp.pt | Site: www.advt.pt